

CREMERJ

ISSN 1980-394X

Traficantes invadem hospital no Rio, resgatam preso e deixam um morto



BASTA!

EDITORIAL E PÁGINAS 12 E 13

PECs podem atingir financiamento do SUS
Páginas 3

Hospital Pedro Ernesto: atrasos no repasse de verbas agrava situação
Página 4

CFM e CBC alertam sociedade sobre atendimento médico nos Jogos Olímpicos
Página 24

EDITORIAL • Políticas de segurança e saúde públicas estão ameaçadas por falta de recursos e má administração

Que Rio de Janeiro teremos após a Olimpíada?

O triste episódio ocorrido no Hospital Souza Aguiar, no Centro da capital do Estado, em meados de junho, que deixou um paciente morto e um técnico de enfermagem e um policial gravemente feridos, não foi o primeiro crime em uma unidade de saúde. A médica que morreu em uma tentativa de assalto voltando do trabalho no fim de junho também não foi a primeira vítima de criminosos no Rio de Janeiro. Infelizmente, essas situações têm se repetido ao longo dos anos, hoje agravadas pela falta de recursos destinados aos órgãos de segurança do Estado.

O CREMERJ recebe diariamente denúncias de médicos que sofrem ameaças e presenciam momentos de terror no exercício das suas funções, incluindo agressão aos profissionais que estão trabalhando, furtos, roubo de equipamentos e insumos das unidades e ações para resgate de criminosos que estão sob custódia.

O direito constitucional de acesso à saúde de qualidade a todos os cidadãos é inegável, mas a segurança nos hospitais, clínicas e UPAs é condição essencial para o bom atendimento e para o cumprimento desse direito.

Dados do Instituto de Segurança Pública, que compila os registros fei-



Pablo Vazquez Queimadelos,
presidente do CREMERJ

tos nas delegacias de polícia de todo o Estado, comprovam que os crimes de letalidade violenta tiveram um aumento de cerca de 18% em maio em comparação ao mesmo mês de 2015. Foram registrados 472 desses casos, que incluem latrocínio, homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e homicídio decorrente de intervenção policial, contra 401 no mesmo mês do ano passado. De janeiro a maio de 2016

foram registrados 2.508 casos desse tipo no Rio de Janeiro.

De acordo com o secretário estadual de Segurança, a falta de recursos é uma das principais causas da ofensiva da violência, já que ao menos dois grandes programas da pasta foram suspensos por falta de dinheiro.

Saúde, educação e segurança fazem parte do plano orçamentário de qualquer gestão. Assim sendo, não é plausível que se justifique carência de verbas para nenhuma dessas áreas. Entretanto, o que vemos em sucessivos governos é justamente o oposto: grande falta de planejamento e de controle dos gastos e corrupção.

No dia 21 de junho, a administração federal autorizou, por meio de uma medida provisória, o repasse de R\$ 2,9 bilhões para o Rio de Janeiro. O valor foi liberado para auxiliar nas despesas com segurança pública decorrentes da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Quatro dias antes, o governador em exercício decretou estado de calamidade pública. Francisco Dornelles justificou o decreto alegando que a “grave crise financeira” impede o cumprimento das obrigações assumidas em decorrência da realização dos eventos esportivos.

Na verdade, a incapacidade dos órgãos de segurança na contenção da violência, que tem deixado em pânico toda a sociedade fluminense, ameaça a Olimpíada, e levou aos apelos pela intervenção federal no Estado. Mas a insegurança que vive a população é antiga e não tem nenhuma relação com a Rio 2016.

Infelizmente, a mesma preocupação não se viu com o atendimento médico à população e aos visitantes durante as competições. Do total enviado pelo governo federal, não se soube de nenhuma cota para a saúde.

Se o socorro financeiro ao Estado só veio em razão dos Jogos, para evitar um “fiasco” internacional, como a mídia tem chamado, e a despeito de todas as nossas investidas junto aos poderes públicos, alertando sobre o sucateamento das unidades, o fechamento progressivo de leitos e serviços e a desassistência generalizada, nos perguntamos como ficará o Rio de Janeiro após a Olimpíada.

Certo é que o CREMERJ continuará lutando pelos direitos sociais, pelo direito de os médicos exercerem seu trabalho em condições adequadas, com segurança, e pelo acesso à saúde de qualidade para toda população.

CREMERJ

DIRETORIA
Presidente: Pablo Vazquez
Primeira Vice-Presidente: Ana Maria Cabral
Segundo Vice-Presidente: Nelson Nahon
Diretor Secretário Geral: Serafim Ferreira Borges
Diretora Primeira Secretária: Marília de Abreu
Diretor Segundo Secretário: Gil Simões Batista
Diretora Tesoureira: Erika Monteiro Reis
Diretor Primeiro Tesoureiro: Carlos Enaldo de Araújo Pacheco
Diretora de Sede e Representações: Ilza Fellows
Corregedor: Renato Graça
Vice-Corregedor: José Ramon Blanco

CONSELHEIROS
 Abdu Kexfe, Alexandre Pinto Cardoso, Alkamir Issa, Aloisio Tibiricá Miranda, Ana Maria Correia Cabral, Armando de Oliveira e Silva (+), Armindo Fernando Mendes Correia da Costa, Carlos Cleverson Lopes Pereira, Carlos Enaldo de Araújo Pacheco, Carlos Eugênio Monteiro de Barros, Celso Nardin de Barros (*indicado Somerj*), Edgard Alves Costa, Erika Monteiro Reis, Felipe Carvalho Victer, Fernando Sérgio de Melo Portinho, Gil Simões Batista, Gilberto dos Passos, Guilherme Eurico Bastos da Cunha, Ilza Boeira Fellows, João Gonçalves Sestello, Jorge Wanderley Gabrich, José Marcos Barroso Pillar, José Ramon Varela Blanco (*indicado Somerj*), Kássie Regina Neves Cargnin, Luiz Antônio de Almeida Campos, Luís Fernando Soares Moraes, Makhoul Moussallem, Márcia Rosa de Araújo, Marcos Botelho da Fonseca Lima, Marília de Abreu Silva, Nelson Nahon, Olavo Guilherme Marassi Filho, Pablo Vazquez Queimadelos, Paulo Cesar Geraldies, Renato Brito de Alencastro Graça, Ricardo Pinheiro dos Santos Bastos, Rossi Murilo da Silva, Serafim Ferreira Borges, Sergio Albieri, Sergio Pinho Costa Fernandes, Sidnei Ferreira, Vera Lúcia Mota da Fonseca

SEDE

Praia de Botafogo, 228, loja 119B
 Centro Empresarial Rio
 Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22250-145
 Telefone: (21) 3184-7050 - Fax: (21) 3184-7120
 www.cremjerj.org.br
 Horário de funcionamento:
 de segunda a sexta, das 9 às 18 horas

Central de Relacionamento
 Telefone: (21) 3184-7050
 centralderelacionamento@crm-rj.gov.br
 Atendimento: das 9h às 18h
 Ouvidoria
 Telefone: (21) 3184-7182
 ouvidoria@crm-rj.gov.br

SECCIONAIS

• Angra dos Reis - Tel: (24) 3365-0330
 Coordenadora: Ilmar Bezerra dos Santos Lima
 Rua Professor Lima, 160 - sls 506/507

• Barra do Pirai - Tel: (24) 2442-7053
 Coordenador: Sebastião Carlos Lima Barbosa
 Rua Tiradentes, 50/401 - Centro

• Barra Mansa - Tel: (24) 3322-3621
 Coordenador: Bernardo Romeu Calvano
 Rua São Sebastião, 220 - Centro

• Cabo Frio - Tel: (22) 2643-3594
 Coordenador: José Antonio da Silva
 Avenida Júlia Kubitscheck, 39/111

• Campos - Tel: (22) 2722-1593
 Coordenador: Makhoul Moussallem
 Praça Santíssimo Salvador, 41/1.405

• Duque de Caxias - Tel.: (21) 2671-0640
 Coordenador: Benjamin Baptista de Almeida
 Rua Marechal Deodoro, 557, salas 309 e 310

• Itaperuna - Tel: (22) 3824-4565
 Coordenador: Carlos Eugênio Monteiro de Barros
 Rua 10 de maio, 626 - sala 406

• Macaé - Tel: (22) 2772-0535
 Coordenador: Gumerino Pinheiro Faria Filho
 Rua Dr. Luís Belegard, 68/103 - Centro

• Niterói - Tel: (21) 2717-3177 e 2620-9952
 Coordenador: Alkamir Issa
 Rua Cel. Moreira César, 160/1210

• Nova Friburgo - Tel: (22) 2522-1778
 Coordenador: Thiers Marques Monteiro Filho
 Rua Luiza Engert, 01, salas 202/203

• Nova Iguaçu - Tel: (21) 2667-4343
 Coordenador: José Estevam da Silva Filho
 Rua Dr. Paulo Fróes Machado, 88, sala 202

• Petrópolis - Tel: (24) 2243-4373
 Coordenador: Jorge Wanderley Gabrich
 Rua Dr. Alencar Lima, 35, sls 1.208/1.210

• Resende - Tel: (24) 3354-3932
 Coordenador: João Alberto da Cruz
 Rua Guilhot Rodrigues, 145/405

• São Gonçalo - Tel: (21) 2605-1220
 Coordenador: Amaro Alexandre Neto
 Rua Coronel Serrado, 1000, sls. 907 e 908

• Teresópolis - Tel: (21) 2643-3626
 Coordenador: Paulo José Gama de Barros
 Av. Lúcio Meira, 670/516 - Shopping Várzea

• Três Rios - Tel: (24) 2252-4665
 Coordenador: Ivson Ribas de Oliveira
 Rua Pref. Joaquim José Ferreira, 14/207 - Centro

• Valença - Tel: (24) 2453-4189
 Coordenador: Fernando Vidinha
 Rua Padre Luna, 99, sl 203 - Centro

• Vassouras - Tel: (24) 2471-3266
 Coordenadora: Leda Carneiro
 Av. Exp. Oswaldo de Almeida Ramos, 52/203

• Volta Redonda - Tel: (24) 3348-0577
 Coordenador: Júlio César Meyer
 Rua Vinte, 13, sl 101

SUBSEDES

• Barra da Tijuca
 Tel: (21) 2432-8987
 Av. das Américas 3.555/Lj 226
 Representante: Celso Nardin de Barros

• Campo Grande
 Tel: (21) 2413-8623
 Av. Cesário de Melo, 2623/s. 302
 Representante: Ana Maria Correia Cabral

• Ilha do Governador
 Tel: (21) 2467-0930
 Estrada do Galeão, 826/Lj 110
 Representante: Rômulo Capello Teixeira

• Jacarepaguá
 Tel: (21) 3347-1065
 Av. Nelson Cardoso, 1.149/s. 608
 Taquara
 Representante: Carlos Enaldo de Araújo

• Madureira
 Tel: (21) 2452-4531
 Estrada do Portela, 29/Lj 302
 Representante: Doris Zogahib

• Méier
 Tel: (21) 2596-0291
 Rua Dias da Cruz, 188/Lj 219
 Representante: Domingos Sousa da Silva

• Tijuca
 Tel: (21) 2565-5517
 Praça Saens Pena, 45/Lj 324
 Representante: Ricardo Bastos

Publicação Oficial do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro
 Conselho Editorial - Diretoria, Marcos Araújo e Ângela De Marchi • Jornalista Responsável - Nícia Maria - MT 16.826/76/198

Reportagem - Nícia Maria, Tatiana Guedes, Sylvio Machado e Rodrigo Reis • Fotografia - José Renato, Henrique Huber e Paulo Silva
 Projeto Gráfico - João Ferreira • Produção - Foco Notícias • Impressão - Edigráfica Gráfica e Editora S.A. • Tiragem - 60.000 exemplares • Periodicidade - Mensal



A EDIÇÃO concorda com a sua responsabilidade ambiental e social, utiliza papel com certificação FSC. O selo garante que este jornal foi impresso com papel certificado, proveniente de florestas manejadas de forma responsável.



SAÚDE PÚBLICA • Desvinculação de receitas da União pode provocar reduções nas verbas destinadas à saúde

PECs atingem financiamento do SUS

A falta de investimentos na saúde pública tende a agravar o cenário do Sistema Único de Saúde (SUS) e proporcionam um ambiente propício a iniciativas que vão contra direitos básicos, principalmente, das camadas menos favorecidas. Dentre as iniciativas está a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 143 de 2015, conhecida como “DRU dos Estados”, que trata da Desvinculação de Receitas da União e pode provocar reduções nas verbas destinadas obrigatoriamente a serviços públicos essenciais, como educação e saúde.

O projeto permite que municípios, Estados e o Distrito Federal apliquem em outras despesas 25% dos recursos hoje atrelados a áreas sociais específicas. De acordo com o Departamento de Economia da Saúde do Ministério da Saúde, a PEC 143/2015 pode inviabilizar o repasse de R\$ 35 bilhões para a saúde pública em 2017.

Outra PEC, esta de autoria do executivo federal, e que atinge ainda mais o financiamento do SUS é a 241/2016, que pretende congelar os gastos públicos por 20 anos, período em que o dinheiro economizado seria canalizado para o pagamento da dívida pública.

– Sabemos que o Brasil enfrenta uma crise econômica, mas os governos não podem deixar de destinar esses recursos para a Saúde. Ela precisa

ser tratada como prioridade. A aprovação dessas PECs causará prejuízos sociais incalculáveis para a população brasileira – ressalta o presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez.

Atualmente, a União é obrigada a aplicar na Saúde ao menos o mesmo valor do ano anterior mais o percentual de variação do Produto Interno Bruto (PIB). Já Estados e municípios precisam investir 12% e 15%, respectivamente.

A falta de concursos públicos e os salários irrisórios são outros problemas decorrentes e que inviabilizam o funcionamento do SUS. As precárias condições de trabalho não estimulam o médico para que ele permaneça na carreira pública. Um dos motivos é a ausência de um plano de cargos, carreira e vencimentos (PCCV), uma das bandeiras do CREMERJ.

Na luta para manter os direitos dos cidadãos e garantir atendimento adequado a toda sociedade, estão atuando diversas entidades de classe e civis e parlamentares. Está em tramitação no Legislativo a PEC 454/2009, que institui a carreira de Estado para médico no Sistema Único de Saúde, importante passo para fixá-lo na rede pública. Há também a PEC 001/2015, que determina um percentual a ser aplicado anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde.



O SUS também recebe um alto número de pacientes de planos de saúde para realizar procedimentos que são restringidos pelas empresas. Além disso, mais de 1,3 milhão de brasileiros deixaram de ter planos de assistência médica desde o ano passado, segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o que sobrecarrega ainda mais o serviço público.

Má gestão e cortes no orçamento ameaçam o Sistema

Não é de hoje que a saúde pública no Brasil sofre com a má gestão e com a falta de financiamento para o Sistema Único de Saúde (SUS). Diversos problemas são oriundos de verbas insuficientes. A ausência de manutenção e aquisição de novos equipamentos para as unidades, o desabastecimento de remédios, insumos e materiais, a carência de recursos humanos e a baixa remuneração dos médicos e demais profissionais são alguns deles. A consequência dessa e de outras falhas é uma assistência precária para a população.

Considerado, na teoria, um dos maiores e melhores sistemas de saúde pública do mundo, o SUS foi instituído no país de acordo com as diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação popular, respeitando os princípios de universalidade, integralidade e igualdade firmados na própria Carta Magna.

Ele contempla todos os cidadãos e realiza cerca de 2,8 bilhões de atendimentos por ano, desde procedimentos ambulatoriais simples a atendimentos de alta complexidade, como transplantes de órgãos; além de promover campanhas de vacinação, registro de medicamentos e ações preventivas de vigilância sanitária.

Saúde é direito de todos e dever do Estado

Em 1988, por ocasião da promulgação da Constituição, foi definido, através de seu artigo 196, que a saúde é direito de todos e um dever do Estado. Assim o SUS unificou o acesso da população à saúde e tornou o sistema aberto a toda e qualquer pessoa, sem a necessidade de comprovação de vínculo com alguma instituição. Anteriormente, o atendimento era realizado pelo antigo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e um privilégio apenas para aqueles que contribuíam para a órgão.

Além da promoção à justiça social e democratização da saúde, a implementação do SUS representou uma mudança conceitual de como a saúde era avaliada, já que a prevenção começou a fazer parte do planejamento das políticas públicas, além do investimento em pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico de equipamentos e insumos; o desenvolvimento de sistemas de informação e de gestão para o monitoramento de resultados e a maior participação e controle social por meio da atuação dos Conselhos Nacionais de Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde (Conasems) e (Conass), que em nota condenaram as propostas do governo.

Entretanto, o subfinanciamento sempre foi um dos grandes desafios enfrentados pelos gestores, o que comprometeu a prestação de um serviço adequado. Mesmo beneficiando todos os cidadãos, o SUS ainda não conseguiu estabelecer uma assistência abrangente e de qualidade. Para que isso aconteça, o sistema precisa de constantes investimentos.

Em setembro de 2000, foi editada a Emenda Constitucional nº 29 que assegurou a co-participação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios no financiamento das ações e serviços de saúde pública. Esta legislação estabeleceu, ainda, limites mínimos de aplicação em saúde para cada ente federativo.

Em declaração à imprensa, assim que assumiu o cargo, em maio, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, disse que era favorável à diminuição do SUS e que seria preciso rever o sistema, para o espanto das entidades médicas e da população.

O planejamento do ministro e do governo interino é realizar novas políticas públicas, aliadas à proposta que defende o fim de um percentual fixo do orçamento dos governos para a saúde pública, o que nos levaria a um drástico retrocesso das conquistas democráticas na saúde.

SAÚDE PÚBLICA • Falta de recursos tem impactado na compra de medicamentos e insumos, no pagamento de fornecedores e também na manutenção estrutural da unidade

PEDRO ERNESTO: atrasos no repasse de verbas de custeio

A crise financeira do Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe) foi tema de reunião no dia 27 de junho, na sede do CREMERJ. O encontro teve como objetivo discutir ações que possam auxiliar a captação de recursos para a unidade, além de medidas para beneficiar toda a rede de saúde pública gerida pelo Estado. Entre elas estão uma reunião conjunta com o governador em exercício, Francisco Dornelles, e também com o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Luiz Fernando de Carvalho.

– Temos que exigir de forma imediata do governo do Estado, que é o responsável por essa crise, a resolução deste momento crítico no Hupe, unidade tão importante para a população e para a formação de novos médicos e demais profissionais de saúde. Vamos unir esforços para garantir que a unidade continue funcionando – observou o presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez.

Desde meados do ano passado, o Pedro Ernesto sofre com atrasos no repasse da verba de custeio. O diretor da unidade, Edmar Santos, relatou que a falta de recursos tem impactado na compra de medicamentos e insumos, no pagamento de fornecedores e também na manutenção estrutural. Ele explicou que, pela Lei Orçamentária deste ano, o hospital deveria receber R\$ 8,3 milhões por mês. Devido ao atraso nos repasses, a direção da unidade e o Estado acertaram a redução do valor para R\$ 7 milhões, mas o acordo previa o pagamento em dia.

– Em maio, por exemplo, recebemos apenas R\$ 4 milhões dos R\$ 7 milhões que deveriam ter sido depositados. Por conta disso, não conseguimos cumprir alguns compromissos, como o pagamento de duas empresas terceirizadas. Além disso, existe a pos-



Edmar Santos e Pablo Vazquez discutem crise do Hupe com representantes do MP e da SES, com deputados e conselheiros do CREMERJ

sibilidade de paralisação do centro cirúrgico. O risco de fechamento do hospital é real, apesar de todo o esforço da direção e do corpo clínico – disse.

Santos ainda alertou que, a partir de setembro, a crise pode se agravar, por conta de uma possível redução dos recursos vindos do Ministério da Saúde. Ele sugeriu que para evitar um impacto nas unidades do Estado seria preciso realizar as seguintes medidas: uma pactuação entre as entidades presentes na reunião, garantir o repasse de 12% da receita arrecadada para o Fundo Estadual de Saúde (FES) e a reorganização de toda a rede pública.

– Se a partir de outubro não recebermos mais verbas do ministério, teremos um aumento considerável da crise e isso também vai acontecer com outras unidades reguladas que trabalham para o Sistema Único de Saúde (SUS). Se a rede não estiver minimamente melhorada e organizada até lá, a situação será insustentável. Não será possível aguentar essa segunda instabilidade sem antes reparar a primeira – enfatizou o gestor.

Necessidade de ações conjuntas para reverter situação do hospital

A promotora de Justiça e coordenadora da área de saúde do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPERJ), Denise Vidal, concordou com a necessidade de ações conjuntas e sugeriu que o CREMERJ e a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) tentem um encontro com o presidente do Tribunal de Justiça para discutir a situação do Hupe e de toda a rede. Ela acrescentou que diversas ações, no Rio e em Brasília, estão em andamento para garantir o repasse dos 12%, o pagamento atrasado de R\$ 1,2 bilhão da União e também para que não haja um contingenciamento das verbas previstas para o Rio este ano.

– Os Ministérios Público Estadual e Federal têm feito tudo o que podem, todas as vias judiciais estão sendo exauridas. Mas se não fizermos essa ação conjunta, acho muito difícil reverter essa situação de cala-

midade. Agora é necessário agirmos politicamente junto aos tribunais para que a situação não piore – declarou a promotora.

Os deputados estaduais Enfermeira Rejane e Zaqueu Teixeira e o assessor da deputada federal Jandira Feghali Caique Tibiriçá também participaram da reunião e se comprometeram em mobilizar as comissões da Alerj para que o assunto seja debatido entre os deputados estaduais e também a captar emendas para a realização de obras emergenciais no Hupe. Zaqueu ainda sugeriu um encontro com a Secretaria de Fazenda para debater a questão dos repasses.

Também participaram da reunião o subsecretário de Unidades Próprias da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ), Sergio Gama; e o conselheiro do CREMERJ Aloísio Tibiriçá.



O presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez, e a diretora Marília de Abreu se reuniram, no dia 16 de maio, com os diretores do Instituto Médico Legal (IML), Reginaldo Franklin; e do Departamento Geral de Polícia Técnica Científica, André Drumond; e com Adriane Repo, também do IML. O “Fluxograma de Exame Necróptico para Detecção de Vestígios de Lesões de Natureza Médico Legal” foi apresentado pelos representantes do IML, que dese-

jam fazer uma avaliação ética junto à Câmara Técnica de Medicina Legal do Conselho.

Na ocasião, Pablo Vazquez e Marília de Abreu falaram sobre a preocupação do CREMERJ com a demora na implementação do Serviço de Verificação de Óbito, principalmente para os casos de falecimento em domicílio, nos quais, muitas vezes, as famílias ficam à mercê de funerárias e de atestados de óbito irregulares.

SAÚDE PÚBLICA • Fiscalização do CREMERJ aponta problemas graves na unidade

ANTÔNIO PEDRO: Ebserh não garante melhorias

O CREMERJ denunciará para o Ministério Público a situação crítica do Hospital Universitário Antônio Pedro (Huap). A unidade, que aderiu à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) em março, continua com problemas de superlotação, déficit de recursos humanos e falta de medicamentos e de instalações adequadas, conforme constatou o Conselho em fiscalização no dia 1º de junho.

Durante vistoria na emergência, a Comissão de Fiscalização (Cofis) do CREMERJ encontrou pacientes internados no corredor, em cadeiras e no consultório. A unidade semi-intensiva, que funciona na prática como Centro de Tratamento Intensivo (CTI) devido à complexidade dos doentes assistidos, possui apenas dez leitos ativos, sendo que três estão ocupados por pacientes crônicos, internados há mais de um ano.

O espaço entre os leitos é mínimo e não permite o isolamento adequado de pacientes com bactérias resistentes. De acordo com funcionários, apesar de operar de modo referenciado desde julho de 2008, a emergência recebe um grande número de doentes por dia, a maioria com doenças complexas e graves, que necessitam de internação.

No local, a equipe também constatou a ausência de monitores e ventilador mecânico para todos os leitos, assim como a falta de equipamentos adequados para higiene dos profissionais. Também foi verificada a carência de medicamentos, como enalapril e losartana, e de insumos, como frasco para exames de urina.

Outro problema que impacta o atendimento é o déficit de médicos clínicos, ortopedistas e cirurgiões pediátricos, além de enfermeiros e técnicos de enfermagem em todo o Huap. A redução da equipe resultou no fechamento de 64 leitos de clínica médica e cirúrgica.

No final do ano passado, quando a crise finan-



ceira dos hospitais universitários se intensificou, o Huap aderiu à Ebserh, alegando que a mudança era necessária para garantir os investimentos e a abertura de concursos públicos para a unidade.

No entanto, a situação permanece como encontrada na fiscalização realizada pelo CREMERJ no dia 3 de dezembro.

O mesmo acontece no Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, que também aderiu à Ebserh. Segundo funcionários, em reunião no dia 2 de junho, a empresa informou que a proposta é que a unidade entre em equilíbrio nos próximos dois anos e que

ocorram mudanças reais, como melhorias, só nos próximos cinco anos.

– É muito grave tudo que estamos vendo no Huap, que é uma referência na formação de novos médicos e também na assistência à saúde da população de Niterói e região. Além de denunciar ao Ministério Público a situação que encontramos, vamos solicitar esclarecimentos à Ebserh. A população merece um atendimento digno e de qualidade, assim como os médicos têm direito de exercer sua profissão em condições adequadas de trabalho – afirmou o presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez.

FUNDÃO: obras são iniciadas, mas faltam recursos humanos

As obras de reestruturação do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e o déficit de recursos humanos para o funcionamento adequado da unidade foram os temas de reunião entre a vice-presidente do CREMERJ Ana Maria Cabral e a conselheira Vera Fonseca e o diretor e a superintendente do HUCFF, Eduardo Côrtes e Beatriz Penedo Leite, no dia 14 de junho, na sede do hospital.

A aprovação de emendas parlamentares do orçamento de 2015/2016 permitiram o início das obras de melhoria das instalações e o aumento de leitos, fundamentais para a formação de excelência do centro de ensino e para o atendimento de pacientes. A população, no entanto, ainda não tem



acesso a aos serviços devido à falta de recursos humanos. Cerca de 70 leitos, na enfermaria e no CTI, estão vazios por falta de pessoal.

O Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública com pedido de liminar para que possa ser realizado um concurso público, em

caráter emergencial. Se aprovado, serão oferecidas 773 vagas.

Para a vice-presidente do CREMERJ, a maior preocupação é com a qualidade do atendimento à população e do ensino médico. Já Vera Fonseca reforçou o apoio do CRM pela melhoria da instituição, salientando a importância dos hospitais universitários, lembrando que 1.600 alunos circulam diariamente no local, sem condições de aprendizado adequado.

Segundo o diretor do HUCFF, a previsão é de que até agosto a farmácia, as enfermarias e 17 leitos de CTI estejam prontos para atendimento. Eduardo Côrtes acredita que, em 2017, com o andamento das obras e a contratação de funcionários, o hospital passe dos atuais 260 leitos para 540.

SAÚDE PÚBLICA • Instituto oferece serviços importantes e diferenciados à população do Rio de Janeiro

FERNANDES FIGUEIRA:

Superlotação ameaça atendimentos especializados

A superlotação nas enfermarias de maternidade e neonatologia do Instituto Fernandes Figueira (IFF) foi tema da reunião, realizada no dia 23 de maio, com a Comissão de Saúde Pública do CREMERJ e o vice-diretor de Atenção à Saúde do IFF, Carlos Eduardo Figueiredo. Referência no atendimento de alto risco em gestantes e recém-nascidos, o IFF corre o risco de suspender temporariamente novas internações e consultas devido ao grande fluxo de atendimentos.

Carlos Eduardo explicou que o instituto tem foco no atendimento à gestação com risco fetal, atenção à prematuridade, recém-nascidos malformados e crianças com doenças crônicas metabólicas. No entanto, o hospital tem recebido muitos pacientes com enfermidades mais simples que não conseguem assistência em outras unidades. Os doentes chegam encaminhados pela Central de Regulação e também espontaneamente.

– Não negamos atendimento a nin-



Carlos Eduardo Figueiredo, Erika Reis e Nelson Nahon

guém, mas não podemos mais funcionar acima da nossa capacidade. O que queremos é que os pacientes com enfermidades mais simples não sejam encaminhados para o IFF, pois nossos leitos estão ocupados por crianças de complexidades graves, que demandam um tempo maior de internação. Hoje a nossa média de perma-

nência na UTI neonatal é de três meses – explicou o gestor.

Os membros da Comissão de Saúde Pública Nelson Nahon e Erika Reis ressaltaram a importância do instituto na área de pesquisa e no atendimento específico, em nível nacional, de doenças que somente são tratadas na unidade. Eles informaram que o CREMERJ convocará

a Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ), a Central de Regulação do Município e o corpo clínico do instituto para uma reunião, com o objetivo de tentar pactuar o fluxo de pacientes encaminhados para a instituição.

– O IFF é um hospital que oferece um serviço muito importante e diferenciado para a população do Rio de Janeiro. Não podemos deixar que as atividades sejam suspensas nem prejudicadas por conta da crise que a saúde passa em nosso Estado. A proposta é que a direção do instituto e o corpo clínico relatem as dificuldades para, junto com o CREMERJ, possa ser buscada uma solução com o Estado e o município. Nós vamos auxiliar no que for preciso para que o hospital continue a oferecer um atendimento de excelência – ressaltou Nahon.

O presidente da Aliança Brasileira de Apoio à Saúde Renal (Abrasrenal) e da Associação dos Renais e Transplantados do Estado do Rio de Janeiro (Adreterj), Gilson Nascimento também compareceu ao evento.

Entraves à desospitalização em debate

O “V Fórum de Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes com Doenças Crônicas e/ou Deficiências e suas Famílias”, promovido pelo Instituto Nacional Fernandes Figueira (IFF), no dia 3 de junho, contou com a participação do vice-presidente do CREMERJ Nelson Nahon. O encontro debateu os entraves à desospitalização e reuniu propostas de projetos de lei para dar às crianças e suas famílias garantias a bens essenciais, como o acesso a novas tecnologias, moradias adaptadas, transporte adequado e medicamentos. Estiveram presentes representantes do legislativo municipal, estadual e federal.

De acordo com o vice-diretor de Atenção à Saúde do IFF, Carlos Eduardo Figueiredo, atualmente, o instituto tem 11 crianças internadas há mais de um ano devido à dependência de suporte ventilatório, além de atender outras dezenas que possuem algum grau de dependência tecnológica. Ele ressaltou que esses pacientes poderiam ser beneficiados pelo Programa de Assistência Domiciliar Interdisciplinar (Padi) a continuarem o tratamento clínico no domicílio. No entanto, por ser caro, as famílias precisam entrar na Justiça para conseguir que o Estado financie o tratamento.

– É preciso integrar os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, as forças de segurança e a sociedade civil organizada para que o direito dessas crianças e adolescentes sejam garantidos e mantidos. É preciso olhar para essa criança que é pouco ou completamente invisível pela sociedade – acrescentou Figueiredo.

A coordenadora-geral do Núcleo de Apoio a

Projetos Educacionais e Culturais do IFF (Napec/IFF), Maria Magdalena, explicou como funciona o trabalho desenvolvido pelo Padi e as dificuldades enfrentadas pelas famílias. Ela ainda acrescentou que na assistência domiciliar o usuário portador de doenças crônicas ou incapacitantes recebe uma assistência multiprofissional mais humanizada e

“Vivemos um momento muito difícil na saúde pública, em que o financiamento garantido por lei não tem sido respeitado. No Rio, por exemplo, o governo do Estado deveria repassar 12% da receita arrecadada, mas somente 3% são depositados.”

Nelson Nahon, vice-presidente do CREMERJ

contribui para a reinserção social da criança e da própria família.

– A luta dessas famílias é muito grande. A mãe ficam reféns do hospital, pois seus filhos precisam ficar aqui para viver. Tudo isso gera uma grande instabilidade familiar. Se elas pudessem ficar em casa seria um grande ganho para todos – disse.

Em seu discurso, Nelson Nahon ressaltou a importância da manutenção do Sistema Único de Saúde (SUS) e da aprovação da proposta de vinculação de 10% da receita corrente bruta da União

para o setor, que possibilitaria a recomposição de suas fontes de financiamento. Além disso, ele citou a desvinculação das receitas da Saúde, como vem acontecendo no Rio de Janeiro.

– Vivemos um momento muito difícil na saúde pública, em que o financiamento garantido por lei não tem sido respeitado. No Rio, por exemplo, o governo do Estado deveria repassar 12% da receita arrecadada, mas somente 3% são depositados. E no meio disso tudo, vir aqui e ver o excelente trabalho de toda equipe é muito bom. Isso prova, mais uma vez, que é possível ter um atendimento de qualidade pelo SUS. Vocês estão de parabéns. E as autoridades precisam fazer a sua parte – declarou o vice-presidente do CREMERJ.

Na sequência, teve início a mesa de debate com o tema “Desafios à Desospitalização: O Direito à Convivência Familiar e Comunitária”.

O deputado federal Jean Wyllys, membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, e o vereador Paulo Pinheiro, membro da Comissão de Saúde da Câmara dos Vereadores, participaram das discussões.

O evento também teve presença de Paulo Gadelha, presidente da Fiocruz; de Valcler Rangel, vice-presidente de Ambiente e Promoção à Saúde da Fiocruz; de Nísia Trindade, vice-presidente de Ensino, Informação e Comunicação da Fiocruz; de Carlos Maciel, diretor do IFF/Fiocruz; de Antônio Flávio Meirelles, presidente Centro de Estudos do IFF/Fiocruz; e de Rodrigo Lima, presidente do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ).

SAÚDE PÚBLICA • Taxa de mortalidade dos pacientes em diálise nos últimos cinco anos passou de 13% para 17,9%

Diálise e transplante são temas de audiência pública

A crise no sistema público de saúde na área de diálise e transplante foi debatida em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), no dia 17 de maio. A reunião, que foi coordenada pela Comissão de Saúde, contou com a presença do membro da Câmara Técnica de Nefrologia Jocemir Ronaldo Lugon, representando o CREMERJ; de parlamentares; de representantes de clínicas de diálise e transplantes; de entidades médicas; de médicos, pacientes e integrantes da Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ).

O presidente da Comissão de Saúde da Alerj, deputado Jair Bittencourt, presidiu a audiência e explicou que o objetivo do encontro era reunir o maior número de informações sobre os problemas enfrentados pelos prestadores de serviço de diálise e transplante e pelos pacientes. Os dados serão enviados ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), ao Ministério da Saúde e à SES-RJ.

Durante o encontro, os participantes discutiram a regularidade do pagamento das clínicas, a intervenção do Estado sobre municípios que retenham a verba destinada à diálise, a falta de vagas na rede de clínicas credenciadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o valor da tributação diferenciada para o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e Taxas (ISS) junto aos municípios, a complementação do valor da diálise e a falta de medicamentos para pacientes transplantados.



Maurílio Leite Jr., Gilson Nascimento, Luiz Carlos Pereira, deputado Jair Bittencourt, deputado Dr. Deodato e Jocemir Ronaldo Lugon

– Nos últimos dez anos, nove clínicas fecharam no Rio de Janeiro. Vivemos hoje uma situação de pré-falência, pois os valores pagos pelo SUS não cobrem as sessões, não acompanham a inflação. Os pagamentos, muitas vezes, demoram a chegar e não conseguimos pagar os fornecedores em dia. Isso acaba fazendo com que muitas clínicas deixem de atender os pacientes do SUS, afetando diretamente a assistência a milhares de pessoas – enfatizou o vice-presidente Regional Sudeste da Associação Brasileira das Clínicas de Diálise e Transplantes (ABCDT), Luiz Carlos Pereira.

Dados apresentados pelo presidente da Sociedade de Nefrologia do Estado do Rio de Janeiro (Sonerj), Maurílio

Leite Júnior, apontam que, hoje, há 10.000 pacientes em diálise no Estado. Deste quantitativo, 82% é assistido pelo SUS. Já a taxa de mortalidade dos pacientes em diálise nos últimos cinco anos passou de 13% para 17,9%. Pesquisas também demonstram que a previsão é de que mais de 3,4 mil pessoas iniciem o tratamento por ano.

O membro da Câmara Técnica de Nefrologia do CREMERJ Jocemir Ronaldo Lugon ratificou a importância de os repasses serem feitos de forma mais ágil e a necessidade de auxílio do governo do Estado para evitar a defasagem financeira. Ele ainda destacou que o ideal é que o orçamento da União destine uma fração maior para a Saúde.

– Se neste momento de crise temos que priorizar alguma coisa, a Saúde é a primeira da lista. Não adianta prometer algo audacioso, uma assistência médica para toda a população brasileira sem financiamento correspondente. O orçamento público do Brasil para a Saúde é em torno de 3,5% a 4%, o que é insuficiente. Somente com mais verbas é possível contemplar os objetivos que estão nas diretrizes traçadas pelo SUS – acrescentou o representante do Conselho.

O presidente da Aliança Brasileira de Apoio à Saúde Renal (Abrasrenal) e da Associação dos Renais e Transplantados do Estado do Rio de Janeiro (Adreterj), Gilson Nascimento também compareceu ao evento.

Acessibilidade em Unidades de Saúde II: Resultados do Projeto Piloto no RJ e Perspectivas Nacionais

COLUNA DO CONSELHEIRO FEDERAL

SIDNEI FERREIRA
Conselheiro do CREMERJ e do CFM



Foram analisadas 24 unidades de saúde no Estado. Nessas, um terço dos diretores ou prepostos afirmaram possuir em seus quadros médicos portadores de pelo menos uma deficiência (PD). A mais apontada foi a motora, em 75% dos casos.

Com relação a adaptações prediais, em 13 unidades (54,16%), eles afirmaram que as mesmas estão em parte adaptadas para receber médicos PD; em três (12,5%), que estão plenamente adaptadas; e o restante não adaptadas para receber esses profissionais.

Seis itens foram considerados nas visitas de avaliação dos pesquisadores e fiscais médicos: rampa, escada, elevador, ponto de suspensão, guia no piso e porta para portador de deficiência visual. 54% das unidades não estavam adaptadas em nenhum dos itens avaliados; 29% em um item e 17% em dois itens.

Foram também avaliados estacionamento, entrada, acesso aos andares, refeitório, banheiros e centro cirúrgico. Variaram de 71% a 92% as consideradas não adaptadas em cada item, inclusive em uma unidade nova, construída há cerca de três anos.

Das 24 unidades de saúde analisadas, mais da metade recebe alunos de cursos de medicina.

Em um piloto de quatro escolas médicas (uma federal, uma estadual e duas privadas), duas foram consideradas adaptadas.

Por esse resumo, pode-se perceber que nenhuma das unidades de saúde visitadas apresenta acessibilidade adequada para portadores de pelo menos um tipo de deficiência, discordante da informação dos diretores ou prepostos. Esses resultados nos remetem às dificuldades dos outros funcionários, alunos e pacientes atendidos nesses locais.

Os Artigos 224 e 227, parágrafo segundo, da Constituição Brasileira de 1988, definem que os logradouros e edifícios de uso público, assim como os veículos de transporte coletivo existentes à época, deveriam ser adaptados aos PD e que as normas de construção predial e fabricação de novos veículos deveriam prever as adaptações necessárias. Sabemos que, após quase 30 anos, essa Lei Maior não foi cumprida ainda. Tão pouco a Lei Federal 13.146 de 2015, chamada de Estatuto dos Portadores de Deficiência.

As perspectivas para que se cumpram as determinações existentes carecem de muita informação, organização e luta junto aos três poderes. É isso que propomos. O novo cadastro médico, com a possibilidade de regis-

tro de médicos e recém-formados (ex-alunos recentes) PD, já foi finalizado pela TI do CFM e está ativo no site. Faremos o convite para que os portadores de deficiência façam o seu cadastramento. Assim, em breve, saberemos quantos são alunos e médicos portadores de deficiência.

O protocolo que elaboramos e usamos no Projeto Piloto no Rio de Janeiro foi aceito pelo Departamento de Fiscalização do CFM (Defis) e entregue à TI para que construa o programa que irá permitir às fiscalizações de todos os CRMs coletarem dados para que se possa ter, em pouco tempo, o diagnóstico nacional do ponto de vista da acessibilidade às unidades de saúde por alunos, médicos, funcionários e população em geral.

Com o diagnóstico elaborado, poderemos propor o tratamento adequado aos poderes da República.

Alunos de medicina da Universidade Estácio de Sá (Unesa) que participaram deste projeto piloto de pesquisa no Rio de Janeiro: Augusto Arume; Bianca Feldman; Gustavo Cordeiro; Luiza Silveira; Mayara Borges; Patrícia Martins; Rander Alves e Renata Jardim. Coordenador da Pesquisa: Sidnei Ferreira.

Agradecemos à diretoria e aos médicos fiscais do CREMERJ pelo auxílio na coleta de dados.

SAÚDE PÚBLICA • Conselheiro profere palestra sobre prontuário médico durante reunião da Cocem

Seis comissões de ética são empossadas

Seis comissões de ética médica tomaram posse durante a reunião da Coordenação das Comissões de Ética Médica (Cocem) do CREMERJ, realizada no dia 14 de junho: Policlínica Manoel Guilherme da Silveira Filho, Hospital Espanhol, Hospital de Clínicas Doutor Aloan, INSS Gerência Executiva do Rio de Janeiro, Hospital Barra D'Or e Hospital Copa D'Or.

Durante o evento, o coordenador da Cocem, diretor Serafim Borges, apresentou a palestra "Prontuário médico: O que há de novo", na qual falou sobre a confecção do documento, o trabalho da Comissão de Revisão de Prontuário, o prontuário digital, o sigilo das informações, o modelo de guia para prontuário requisitado pela Justiça fornecido pelo Conselho, entre outros assuntos relacionados ao tema.

Já a diretora Erika Reis falou sobre a participação do CREMERJ em um fórum do Instituto Fernandes Figueira (IFF) que debateu os entraves à desospitalização e reuniu propostas para assegurar a crianças e suas famílias acesso a novas tecnologias, moradias adaptadas, transporte adequado e medicamentos, entre outros.

Também participaram da reunião os conselheiros Armindo Fernando da Costa e José Ramon Blanco, este também presidente da Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro (Somerj) e a assessora jurídica do Conselho Kátia Oliveira.



Armindo Fernando da Costa, José Ramon Blanco, Erika Reis e Serafim Borges com novos membros empossados

Novas Comissões de Ética

Policlínica Manoel Guilherme da Silveira Filho - Membros eleitos para o quinto mandato:

Efetivos: Sandra Cristina Coelho e Ana Claudia Claros
Suplentes: Vera Lúcia Mandacary e Rodolfo Vargas

Hospital Espanhol - Membros eleitos para o sexto mandato:

Efetivos: André Vinicius Novaes e Jorge Luiz Bodstein
Suplentes: Katia Maria Pires e Luis Roberto Revollo

Hospital de Clínicas Doutor Aloan - Membros eleitos para o segundo mandato:

Efetivos: Alfredo Gomes, Jacob Cukier e Alcemir Guimarães
Suplentes: Milton José de Amorim, Carlos Frederico Bernardo e Ana Maria Araújo

INSS Gerência Executiva do Rio de Janeiro (Centro) - Membros eleitos para o segundo mandato:

Efetivos: Álvaro Cândido Sant'Anna, Keila Amaro e Maria Helena Teixeira
Suplentes: Adriana Justi, Guilherme Baptista e Renata Corniglion

Hospital Barra D'Or - Membros eleitos para o terceiro mandato:

Efetivos: Maria Chindamo, Juan Carlos Verdeal, Taissa Rezende e João Luiz Petriz
Suplentes: Marcelo Santino, Marcelo Luiz Gonçalves, Márcio Costa e Francisco Gonçalves Gabriel

Hospital Copa D'Or - Membros eleitos para o terceiro mandato:

Efetivos: Cleyde Thereza Vanzillotta, José Artur de Albuquerque, William Viana e Álvaro César Pontes
Suplentes: Luiz Fernando Freitas, Rodrigo Serafim, Maria Beatriz Gonzaga e Guilherme Feres

Novos Especialistas

Consulte se seu CRM consta da lista. Caso não o encontre, entre em contato com a Central de Relacionamento do CREMERJ

ALERGIA E IMUNOLOGIA

Abelardo Bastos Pinto Neto - 0083663-0
Barbara Felix Vieira de Vasconcelos Hildebrandt - 0091117-8
Nathalia Carvalho Delcourt - 0085333-0
Newton Gheventer - 0011238-3
Rosana Neves dos Santos - 0052880-5
Valéria França da Silva - 0062716-0

ANESTESIOLOGIA

Alejandro Fontes Rezende de Lacerda Lage - 0092864-0
Bernardo Gosling Telles de Souza - 0094437-8
Carla Gregorio Goncalves - 0084298-2
Eduardo Borges Rocha Pyrrho - 0077128-7
Flavia Medina Bahia - 0062729-1
Gabrielle de Souza Maiorano - 0092028-2
Gisela Lacerda Figueredo - 0055795-9
João Vitor Scramignon Rossi Cortes - 0090994-7
Livia Serpa de Siqueira Queiroz - 0093203-5
Mariana de Oliveira Alencar - 0088515-0
Raphael D'Alvignac Boechat - 0093137-3
Roberta Monteiro Nicodemos - 0092685-0
Tais Garcia Glasenapp - 0096950-8
Victor da Venda Acosta - 0097261-4

ÁREA DE ATUAÇÃO: MEDICINA PALIATIVA

Gisela Lacerda Figueredo - 0055795-9

ANGIOLOGIA

Gisele Cardoso Silva de Sena - 0055886-4

CANCEROLOGIA

Carolina Pittipaldi Pessoa - 0078098-7
Maria de Fatima Dias Gai - 0044132-0

CANCEROLOGIA/ CANCEROLOGIA PEDIÁTRICA

Andrea Cristina Fortes Bassani - 0082145-4

CARDIOLOGIA

Adson Azevedo Salim - 0039327-9
Alcides Angelo Ferreira Neto - 0040997-7
Amanda Raphael Facuri Cardona - 0066429-4
Bruna de Mello Milosse - 0092993-0
Bruno da Silva Cunha - 0088311-5
Fabiana Voigt - 0055753-4
Grace Caroline Fernandes Soares e Silva Feitoza - 0089168-1
José Augusto Braga Cabral Junior - 0058121-9

Rafael Chácar Lima - 0090424-4
Sonia Maria Fernandes da Silva - 0037175-7
Área de Atuação: Ecocardiografia
Bruno da Silva Cunha - 0088311-5
ÁREA DE ATUAÇÃO: ERGOMETRIA
Mario Luiz Coelho dos Santos - 0060926-3

CIRURGIA DA MÃO

Rodrigo Tiago Berlink Faria - 0080977-2

CIRURGIA GERAL

Athos de Carvalho Cardillo - 0090556-9
Fabio Bernardo Oliveira da Silva - 0082066-0
Fábio José Teles - 0087684-4
Helena Taveira Cruz - 0095637-6
Helton Silva Ramos - 0092877-1
José Luis Pantaleão Falção - 0056632-6
Jose Tadeu Marques Batista - 0034511-6
Juan Tavora Mello - 0085713-0
Leonardo Coelho Rocha - 0099300-0
Lucineide Martins de Oliveira Maia - 0082115-2
Simon da Silva Macedo - 0093383-0

CIRURGIA PLÁSTICA

Giselle Erthal de Magalhães Lessa - 0082069-5
Mariana Ribeiro de Souza Rebelo Lemos - 0089790-6

CLÍNICA MÉDICA

Adriana Mororo Osorio de Castro - 0086096-4
Alicia Araujo de Oliveira - 0071085-7
Bruna de Mello Milosse - 0092993-0
Bruno da Silva Cunha - 0088311-5
Carolina Pittipaldi Pessoa - 0078098-7
Christiane Cigagna Wiefels Reis - 0089048-0
Deborah Conte Santos - 0091624-2
Fabiana Voigt - 0055753-4
Gabriela Moreira Araújo Rocha - 0096684-3
Isabella Matias Ribeiro - 0106270-0
João Andrade Leal Sales Junior - 0054809-6
Juliana Prezioso - 0098749-2
Luiz Antonio Rocha dos Santos - 0048363-7
Monic Varchmin - 0094268-5
Vinicius da Fonseca Vieira - 0093818-1

COLOPROCTOLOGIA

Fábio José Teles - 0087684-4

DERMATOLOGIA

Bruna Dacier Lobato Martins - 0079964-5
Daniel da Costa - 0075342-4
Juliana Chaves Ruiz Guedes - 0092347-8
Leila Rodrigues Azevedo e Silva - 0042298-9
Lilian Ferreira Quintanilha da Silva - 0046749-5
Nathalia Carvalho Delcourt - 0085333-0
Otavia Camoleze da Silva Queiroz - 0085816-1
Patricia Bichara de Carvalho Moreira - 0095618-0
Raphael Cacciarini Peryassu - 0072166-2
Rosemary Teixeira Alighieri - 0020433-0
Tatiane Lopes Ramos de Carvalho - 0077407-3

ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA

Deborah Conte Santos - 0091624-2
Rafaela Leitão Siqueira Gomes - 0077636-0
Rita de Cássia Martins Rocha Gosling - 0106258-1
Roberta Barros Martins Cruz - 0086230-4
Sergio Blumenberg - 0016727-2

ENDOSCOPIA

Marcela Rosa de Almeida - 0086190-1

GASTROENTEROLOGIA

Josiane Aparecida Rodrigues de Mattos Campos - 0060176-4
Marcela Rosa de Almeida - 0086190-1

GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA

Alessandra Sapienza Domingues - 0093723-1
Ana Carolina do Prado Aboim Lázaro - 0081700-7
Beatrice Nuto Nóbrega - 0106220-4
Beatriz Kern Noel - 0096660-6
Jamille Neves Bernardo de Souza - 0092460-1
Nina Lucia Barbosa Givigi - 0037003-1
Paula Stephanie Duarte Oliveira - 0090878-9
Thaissa Figueiredo Pedreira - 0106337-5

HOMEOPATIA

Luiz Costa Pereira São Thiago - 0029562-5
Raquel Bruno Kalile - 0095057-2

INFECTOLOGIA

Karla Regina Oliveira de Moura Ronchini - 0057333-2
Roberto Falci da Silva Garcia - 0075350-5

MASTOLOGIA

Paula Stephanie Duarte Oliveira - 0090878-9

MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE

Clarissa Rezende de Carvalho - 0099004-3
Erica Pontes Pereira Ferreira - 0088041-8
Gabryella Fernandes Diniz - 0096706-8
João Victor Pitta Amado de Souza - 0098284-9
Joshi Gavião Melo - 0094579-0
Marcio Henrique de Mattos Silva - 0093750-9
Mariane Martha Azevedo Aragão Cunha - 0094655-9
Priscila Coutinho de Oliveira - 0099002-7
Taiz Mara Corrêa Santos - 0096477-8
Talita Gabriela Cavalcanti de Barros - 0099499-5
Thámis Bernardo - 0092228-5
Vima Mills Salgado de Menezes - 0091439-8

MEDICINA DO TRABALHO

Ivo Baldo - 0106273-5
Marcelo Ferreira de Castro - 0026041-4

MEDICINA ESPORTIVA

José Luiz de Azevedo Prata - 0056817-6

MEDICINA INTENSIVA

Alexandre da Silva Abrantes - 0086828-0
Alicia Araujo de Oliveira - 0071085-7
Anna Luisa Traiano Mundt - 0078452-4
João Andrade Leal Sales Junior - 0054809-6
Tarcio de Oliveira Givisiez - 0084929-4

MEDICINA NUCLEAR

Christiane Cigagna Wiefels Reis - 0089048-0

NEFROLOGIA

Luiz Antonio Rocha dos Santos - 0048363-7
Nelson Pitta Coutinho - 0025234-3
Renata da Silva Pereira da Cunha - 0077102-3
Simone Ribeiro Santos Lopes - 0056912-9

NEUROCIRURGIA

Renvik Demauri Cozine Silva - 0089058-8

NEUROLOGIA

Ana Cristina Wing Marques dos Santos - 0081167-0
Flávia Curti Abido Chaves Loureiro - 0083241-3
Igor Monteiro Pontes - 0094776-8
Louise Macchiarulo do Nascimento - 0093598-0
Paula Marques Lourenço - 0090271-3
Raphael Breder - 0081454-7

SAÚDE PÚBLICA • CREMERJ promove plenária temática sobre o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

Sistema deve ter qualidade e confiabilidade

Os conselheiros do CREMERJ se reuniram em plenária temática, no dia 21 de junho, para debater e conhecer as funcionalidades do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – Cnes Data SUS. Convidados pelo CREMERJ, os gestores federais Luanna Costa, Guido Rafael e Alzira Falcão fizeram uma explanação sobre o que é o Cnes, como utilizá-lo e o objetivo do seu sistema.

– O universo de informações e dados que o Cnes nos oferece é muito grande. Como profissionais de saúde, temos o dever de nos aprofundar no tema e conhecer esse sistema que tem qualidade e confiabilidade – disse Gil Simões.

Segundo uma das gestoras do sistema, a consultora do Ministério da Saúde (MS) Luanna Costa, o Cnes é vinculado ao Ministério da Saúde e obrigatório para todos os municípios, Estados e União. Está disponível para uso desde o ano 2000 e, hoje, possui quase 300 mil estabelecimentos ligados à saúde, pública ou privada, e cerca de 2,5 milhões de profissionais cadastrados.

– É o cadastro oficial de consulta do MS e de todos os estabelecimentos de saúde ativos, que integram ou não, o Sistema Único de Saúde. Isso significa que todos os estabelecimentos e profissionais da área da saúde devem ter seu cadastro e código de Cnes – explicou a gestora, reforçando ainda que, mundialmente, não existe nenhum outro sistema que se compare a ele em termos de capacidade e funcionalidade.

A gerente de projeto do Cnes, Alzira Falcão, aproveitou a oportunidade para explicar o passo a passo para o cadastramento de pessoa física e de unidades hospitalares no sistema.

– No próprio site, basta preencher os dados solicitados, salvar em um pendrive e levá-lo até a Secretaria de Saúde da sua região, geralmente, do município. Ali os dados são validados pelo gestor, que pode solicitar alguns documentos para comprovação do que está colocado no sistema. Com a aprovação, será gerada uma numeração, que é o código do profissional ou do estabelecimento, como um CPF. Depois de todo esse fluxo, os dados ficam disponíveis para o público, através do site cnes.datasus.gov.br – detalhou Alzira.

Entre os objetivos do Cnes está a possibilidade de apresentar o perfil de estabelecimentos e profissionais de saúde, oferecendo informações sobre quais são as unidades em funcionamento, onde estão localizadas, o perfil de assistência, os



Luanna Costa durante sua apresentação

Críticas quanto ao excesso de burocracia

No final da apresentação, os conselheiros criticaram o excesso de burocracia para que a inscrição, principalmente de pessoas físicas, fosse validada pelo sistema. Além disso, questionaram como e quando seria realizada uma releitura do sistema, visando à redução da atual classificação dos estabelecimentos.

Alzira reconheceu o número excessivo de classificações.

– Nossa proposta é diminuir os atuais 50 tipos de classificações para 20 até o final deste ano. Essa mudança vem sendo estudada há dois anos, inclusive com a participação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Atualmente, o próprio gestor nos aponta em que categoria o estabelecimento se encaixa, gerando equívocos. A partir dessa reestruturação, o fluxo será invertido: o Cnes fará perguntas-chave e, de acordo com as respostas, registrará na classificação adequada – explicou.

Segundo o presidente do CREMERJ, Pablo

Vazquez, a preocupação com a divulgação de informações atuais sobre profissionais da área fez com que o Conselho Federal de Medicina (CFM) sugerisse alteração no cadastro.

– Sabemos que, devido à desatualização no Cnes, alguns colegas tiveram a imagem prejudicada junto à opinião pública. Por isso, agora existe uma funcionalidade no sistema chamada “Solicitação de Desligamento pelo Profissional”. Dessa forma, o médico pode avisar que saiu de determinado hospital ou unidade de saúde. Com essa informação, o Cnes pressiona o gestor local a retirar o nome do colega do estabelecimento. Esse cadastro é fundamental para que possamos ter acesso ao número de médicos e à distribuição por especialidade, assim como à oferta de aparelhos e serviços para formular políticas de saúde pública e suplementar. É lógico que é ainda necessário aperfeiçoar o sistema e é nesse sentido que estamos aqui – acrescentou Pablo.

serviços e equipamentos disponibilizados, quantos profissionais atuam naquele local, quem são eles, suas especialidades, tempo de serviço, entre outros dados imprescindíveis para a população e também como base de pesquisas.

– Quando apresento o Cnes, sempre reforço que ele precisa ser o retrato da unidade de saúde. Todos os dados daquele local e seus profissionais devem corresponder ao que é informado no sistema – disse Luanna.



Sublocação de horário em consultório na Tijuca (ao lado do metrô Saens Pena), com wi-fi, ar condicionado, recepcionistas e sistemas de marcação. R\$ 750 período 5h, uma vez por semana. Contato: (21) 99769-2277 (Jaqueline). Email: jaqueline.costa@clinicadermais.com.br

Sublocação de horário em consultório oftalmológico em Copacabana (Santa Clara, 70) com infraestrutura completa, exames complementares, secretária, wi-fi e garagem. R\$ 1.100 período de 4h. Contato: Heliane. Email: almeidaheliane@hotmail.com

Sublocação de horário em consultório no Largo do Machado, com sala de procedimento, secretária, wi-fi, ar condicionado, TV. R\$ 700 período de 4h. Contato: (21) 99722-1100 (Dr. Denny)

Sublocação de horário em clínica em Icarai/Niterói (Miguel de Frias, 77) em prédio comercial com wi-fi, estacionamento, secretárias, prontuário eletrônico ou manual. R\$ 570 período de 4h pela manhã e R\$ 730 período de 6h à tarde. Contato: (21) 99800-1211 (Alexandre) ou (21) 99800-0930 (Berenice)

Sublocação de horário em clínica em São Gonçalo (Presidente Kennedy, 399) com wi-fi, secretárias, prontuário eletrônico ou manual. R\$ 340 período de 4h pela manhã e R\$ 440 período de 5h à tarde. (21) 99696-8864 (Iara) ou (21) 99800-1211 (Alexandre)

Sublocação de horário na Freguesia (Estrada de Jacarepaguá, próximo ao Prezunic) com secretária e uma vaga de garagem. R\$ 550 período de 4h disponível segunda à tarde, quarta pela manhã e quinta o dia inteiro. Contato: (21) 99730-6482 (Fernanda) ou (21) 2447-0456 Cristiane

Sublocação de horário em consultório médico na Tijuca (próximo metrô Saens Pena), mobilizado. R\$ 400 período de 4h. Contato: (21) 98181-0030 (Carlos Martins)

Sublocação de horário em consultório em Ipanema (Visconde de Pirajá, 623), completa infraestrutura. R\$ 1.100 a R\$ 1.300 período de 6h. Contato: (21) 99972-7710 (Fabio) / (21) 2512-2512 (consultório). Email: fabio@fabioneves.com.br

Sublocação de horário em consultório em Copacabana (Santa Clara) com secretária, wi-fi, ar condicionado, vaga na garagem. R\$ 700 (manhã ou tarde). Contato: (21) 99857-7053 (Carla). Email: carla.msas@gmail.com

Sublocação de horário em Jardim Icarai (Icarai Offices) com recepção, ar condicionado, wi-fi. R\$ 450 segunda à tarde, terça e quarta pela manhã. Contato: (21) 99462-4409 (Rachel) preferência Whatsapp

Seguro de 
Automóvel

(21) 2263-7478
(21) 99987-0077

Ligue e consulte
nosso custo.
Nossas propostas
são atraentes!

CONFIRA!

*Você não
perde o bônus
na troca de
seguradora.

LF CORRETORA DE
SEGUROS LTDA

Corretor Luis Fernando • desde 1980

telefones
21 2263-7478
21 99987-0077

skype
LINHA.DIRETA.SEGURO

e-mail
seguroLF@gmail.com

Rua do Acre, 77 sala 401
Centro • Rio de Janeiro

SAÚDE PÚBLICA • No Redome, chance de encontrar doador compatível é de 90%

Transplante de medula óssea se consolida no Inca

“Atualmente, a chance de um paciente que necessite de transplante de medula óssea encontrar um doador compatível é de mais de 90%”. A afirmação é do diretor do Instituto Nacional de Câncer (Inca) e atual coordenador do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome), Luis Fernando Bouzas, que fez questão ainda de dizer que o Redome é o terceiro maior banco de doadores de medula óssea do mundo.

– O transplante de medula óssea é um procedimento com 70 anos de evolução e está consolidado no Brasil. Nos primeiros 20 anos, a questão da compatibilidade e de como é feito o procedimento do transplante, propriamente dito, geravam muito receio na população. Nas décadas de 70 e 80, o material genético só era coletado e o transplante realizado entre irmãos compatíveis. A chance de encontrar essa compatibilidade era de 40% – observou Bouzas.

A boa notícia veio nos anos 1990, quando a ideia de que era possível encontrar doadores compatíveis que não fossem da mesma família (o chamado doador não-aparentado ou não-relacionado) lançou uma nova luz no segmento de transplante de medula óssea.

– Isso aumentou muito a gama de pacientes que se beneficiaram, pois o procedimento é importante para mais de 80 doenças, e não apenas para a leucemia, como muitos pensam – explicou o diretor, citando os linfomas, falências de medula e do sistema imunológico, além de tumores germinativos e dos rins como patologias com possibilidades de recuperação através do transplante de medula.

Ele lembrou que na década de 1990 surgiram os primeiros registros de doadores nos Estados Unidos e na Europa. No Brasil, o Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea surgiu em 1993, por iniciativa do médico José Roberto Feresin Moraes. Como, na época, não houve muito interesse por parte do Inca e do Ministério da Saúde, ele seguiu para São Paulo e tentou emplacar o projeto durante cinco anos.

– Também não obteve sucesso e retornou ao Inca com cerca de 8.000 doadores cadastrados. Tempos depois, o Ministério da Saúde se envolveu de forma ativa no programa e teve início um trabalho de comunicação e organização para aumentar o cadastro – observou Bouzas.

Novela incentiva o debate

No ano 2000, a novela “Laços de Família” chamou a atenção para a leucemia e o tratamento da doença. A saga vivida na ficção incentivou o debate sobre o assunto, dando oportu-



Luis Fernando Bouzas

tunidade para que a população conhecesse o tema medula óssea, e fez com que o número de cadastros aumentasse vertiginosamente.

– A novela gerou muita polêmica na época. No Inca, tínhamos, na ocasião, em torno de 11 mil possíveis doadores cadastrados e, quatro meses depois, chegamos a 25 mil. Nosso Disque-Saúde recebeu, em uma hora, 10 mil ligações – contou ele.

A partir de 2004, segundo o diretor, as campanhas de comunicação foram mais estruturadas e conectadas com os hemocentros. Com o apoio também da sociedade, ONGs, entidades públicas e filantrópicas, o número de doadores no Registro Nacional saltou de 30 mil para quase quatro milhões, atingindo o terceiro lugar no ranking mundial de registros de doadores.

Teto cadastral

Também polêmica é a questão do teto cadastral imposto pelo Redome. Bouzas explicou que, quando o registro ainda engatinhava, a quantidade de voluntários cadastrados era livre. Porém, ao atingir dois milhões de doadores, foi necessário um maior controle e planejamento para que fossem acrescentados doadores com características genéticas diferentes.

– O que interessa é uma distribuição regional para abranger a parte genética com maior qualidade. A partir de 2012, foi feito um teto para os Estados, revisto em 2014, para que pudéssemos ter uma adequação. Paraná, Santa Catarina e São Paulo, por exemplo, ultrapassaram, em termos percentuais, esse cadastro. O recomendável é cadastrar, aproximadamente, 2,5% da população de uma determinada localidade – disse ele, completando que, ao atingir a meta, o cadastro tem continuidade, mas com maior cuidado para que não cresça indefinidamente.

Bouzas ressaltou que todo o procedimento – desde a coleta de sangue para cadastro até o transplante – tem o patrocínio do governo federal brasileiro.

– Se um paciente do sistema, público ou particular, de saúde estiver necessitando de um transplante de medula é de responsabilidade do Redome encontrar um doador compatível. Outro detalhe é que o valor apenas para o cadastro de um doador é de R\$ 400, sem contar os custos do procedimento em si – esclareceu.

Segundo o diretor do Inca, muitas

peças questionam a razão desse investimento feito pelo governo.

– A grande miscigenação do povo brasileiro dificultaria o encontro de um doador compatível em outro país. Além disso, o alto custo no transporte de uma medula óssea também foi outro fator levado em consideração. Até 2009, o contrário também não podia ser feito. Tínhamos uma lei que proibia o transplante para outros países, mas conseguimos modificar isso e, hoje, o Brasil está incluído nessa corrente de solidariedade mundial, o que nos abriu muitas portas para acordos internacionais – acrescentou.

Mais uma esperança de cura para os pacientes

Os bancos de sangue de cordão umbilical, que pode ser outra fonte de transplante, também estão acoplados ao Redome, e são mais uma esperança de cura para os doentes.

Para o diretor, a medicina avança a passos largos na questão do transplante. Ainda em fase de estudos está a utilização de um doador na família que seja parcialmente compatível, ou seja, une-se a metade do cromossomo compatível da mãe e a do pai (ou um irmão parcialmente compatível) para o transplante. A técnica tem o nome de haploidentico.

– Tudo isso faz com que se possa dizer, com segurança, que, independentemente de aumentar o registro, tem-se como achar um doador para mais de 90% dos pacientes que necessitam. Independente da idade – enfatizou Bouzas.

Procedimento é simples para os voluntários

O procedimento para tornar-se um voluntário é simples. Se a pessoa tem entre 18 e 55 anos, basta procurar o hemocentro da sua cidade – todas as capitais possuem um convênio ao Inca – e preencher um cadastro com seus dados pessoais (lembrando que é fundamental manter esse cadastro sempre atualizado). Em seguida, é feita a coleta de, aproximadamente, 10 mililitros de sangue, onde estão todos os dados genéticos do doador. Suas informações pessoais e a amostra coletada são armazenadas no Redome, em um sistema informatizado.

Na outra ponta de todo esse trâmite, há o Registro Nacional de Receptores de Medula Óssea (Rereme).

– A partir de 2006, todos os pacientes que precisam de um transplante no Brasil são cadastrados por seus respectivos médicos no Rereme. Assim, o Redome faz o cruzamento das informações, de forma automática, e quem realmente for compatível é localizado. Ao mesmo tempo, acompanhamos também a evolução do doente, porque o médico pode registrar no sistema o estágio em que seus pacientes estão. Assim que o doador é encontrado, o sistema envia uma mensagem online ao médico – explicou.

Só este ano, até o mês de abril, já foram realizados 118 transplantes não aparentados no Brasil.

Se o possível doador estiver bem de saúde, o Redome marca uma data para o procedimento, que deve estar organizada com a agenda do paciente, pois ele terá que fazer tratamento quimioterápico e/ou radioterápico alguns dias antes de receber a nova medula. No momento em que o doador estiver pronto, há duas formas de fazer a coleta. A primeira, e mais simples, é a retirada direta da medula óssea, através de punção com agulha.

A outra forma, mais sofisticada, foi desenvolvida na década de 1990 quando a medicina identificou os fatores de crescimento celular: um estimulante da medula óssea. Esse fator pode ser ministrado ao doador e fazer com que a célula tronco cresça e “invada” a corrente sanguínea. Para que isso ocorra, o voluntário deve tomar um medicamento específico por três ou quatro dias. Assim, com uma simples coleta desse sangue periférico, o doador já cumpre a sua parte.

Bouzas reitera que esse procedimento não é recomendado em todos os casos. O médico responsável é quem determina qual a forma mais adequada de coleta para cada paciente específico.

SAÚDE PÚBLICA • Comissão de ética alerta sobre falta de plantonistas na Unidade de Cuidados Avançados

Novo setor do Hemorio enfrenta problemas de insumos e medicação

Os diretores do CREMERJ Nelson Nahon e Gil Simões participaram, no dia 22 de junho, de uma fiscalização no Instituto Estadual de Hematologia Arthur Siqueira Cavalcanti (Hemorio). O objetivo foi averiguar a denúncia feita pela comissão de ética sobre a irregularidade na manutenção de equipamentos e a inconstância de estoque de insumos e medicação, além da falta de médicos plantonistas na recém-inaugurada Unidade de Cuidados Avançados (UCA), que segundo o relatório de fiscalização do Conselho funciona, na verdade, como Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

Inaugurada em maio, a UTI foi montada para atender a pacientes muito graves. No entanto, o setor não possui médico intensivista em número suficiente para a cobertura de todos os plantões. Há apenas cinco especialistas e, nos finais de semana, não há médico exclusivo no serviço, ficando a assistência a cargo dos plantonistas, que são responsáveis também por todos os pacientes do hospital.

Segundo o diretor-geral do Hemorio, Luiz Amorim, para montar a escala de plantonistas e médicos de rotina da UTI é necessário de oito a nove intensivistas. Ele esclareceu que os profissionais só podem ser lotados no instituto por meio de concurso públi-

co – o último realizado não tem mais banco de reserva de candidatos.

Os diretores do CREMERJ também questionaram a irregularidade do estoque de materiais e medicamentos. De acordo com Amorim, essa inconstância se deve ao fato de que esses itens devem ser adquiridos por licitação, o que explicaria a morosidade do processo. Ele também informou que o hospital conta com recursos mensais do Fundo Estadual de Saúde (Rede/FES) no valor de R\$ 100 mil para compras de urgência, mas alegou que é insuficiente para o porte e perfil do instituto.

Outro ponto levantado por Nelson Nahon e Gil Simões foi a ausência de reparo dos aparelhos de endoscopia e ecocardiograma, que estão inoperantes desde janeiro de 2016, além da falta de dosímetros, que são fundamentais nos exames radiológicos. A direção do Hemorio informou que a empresa responsável pela engenharia clínica é contratada pela Fundação Saúde, contudo, pela limitação de recursos, ainda não foi possível o reparo dos aparelhos.

– Tudo que foi dito pela comissão de ética foi comprovado. Infelizmente, o Hemorio sofre o mesmo problema de outras unidades estaduais: não dispõe de recursos financeiros para se manter. O CREMERJ vai noti-

ficar a Fundação Saúde e o secretário estadual de Saúde e cobrar esclarecimentos e condutas para solucionar os problemas – adiantou Gil Simões, que também é coordenador da Comissão de Fiscalização do CREMERJ (Cofis).

Essa foi a segunda fiscalização realizada no Hemorio pelo CREMERJ em dois meses. Em abril, o presidente da entidade, Pablo Vazquez, reuniu-se com a direção e a comissão de ética médica da unidade para discutir a suspensão de parte do atendimento, ocasionada pela greve dos funcionários terceirizados. A interrupção afetou diretamente vários setores, como o atendimento laboratorial, o administrativo, a coleta móvel de sangue, o serviço de segurança e a hotelaria. O Conselho denunciou o problema ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ).

Olimpíada

O estoque do banco de sangue do Hemorio, em especial para cobertura no período dos Jogos Olímpicos, também é motivo de preocupação do CREMERJ. Durante a fiscalização, a diretoria do instituto informou que será feita uma campanha de doação, que contará com a participação de atletas olímpicos e paralímpicos. Além disso, foram traçados vários planos para aumentar a captação de doadores.

UPAs têm treinamento para atender IAM

Nos dias 19 de maio e 30 de junho ocorreram treinamentos do Programa de Apresentação e Treinamento das Diretrizes de Atendimento nas Portas de Entrada de Urgências e Emergências do Infarto Agudo do Miocárdio, promovido pela Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ). No primeiro evento, que teve como foco as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) municipalizadas, o CREMERJ esteve representado pelo diretor Serafim Borges. Já no segundo, cujo foco foram as UPAs estaduais, pelo conselheiro Aloísio Tibiriçá.

Serafim enfatizou que o principal objetivo do programa é a redução do número de mortes por infartos em todo o Rio de Janeiro.

– Para ter uma noção, de 2003 a 2010, a expectativa de vida do brasileiro aumentou em 22 anos. Com isso, vieram



Virgílio Pereira, Maximiliano Dutra, Antônio Ribeiro e Serafim Borges

doenças como o AVC e o infarto. O Conselho, então, por meio da Câmara Técnica de Urgência e Emergência, solicitou a implantação desse procedimento – disse.

Já Tibiriçá frisou a amplitude do programa.

– O atendimento do trombolítico faz parte de uma discussão não só de cardiologia, mas também do atendimento de emergência. Desde os primeiros passos do projeto, o Conselho esteve presente dando total apoio e cobrando sua

continuidade. Acreditamos que essa iniciativa, além de salvar vidas, diminui custos para a saúde, porque, quando reduzimos as consequências do infarto, evitamos que ele gere despesas para a rede hospitalar – salientou.

Em ambos os eventos, o cardiologista da SES-RJ e um dos responsáveis pela coordenação do Programa de Treinamento Antônio Ribeiro falou sobre a importância de dar mais dinâmica às UPAs com a implantação do projeto.

SAÚDE PÚBLICA • CREMERJ se reúne com secretário estadual de Segurança na busca de soluções para os casos

Mais uma vez, CREMERJ exige

Em junho, a população do Rio de Janeiro foi surpreendida com a ousada ação efetuada por aproximadamente 20 bandidos que invadiram o Hospital Municipal Souza Aguiar, no Centro do Rio de Janeiro, armados com explosivos, pistolas e fuzis, com o objetivo de resgatar um dos chefes do tráfico de drogas da Zona Sul da cidade que, após ter sido baleado em uma ação policial, estava sob custódia no sexto andar da unidade hospitalar, onde funciona a ortopedia adulta.

O ataque, ocorrido na madrugada do dia 19 de junho, resultou na morte de um paciente, além de duas pessoas gravemente feridas, dentre elas um profissional de saúde.

A poucos dias da abertura da Olimpíada, com o Estado em situação declarada de calamidade pública, a notícia se espalhou pelos principais veículos de imprensa, inclusive internacionais, como a TV americana ABC News e o semanário britânico Daily Mail, que lembraram que o Souza Aguiar é um dos seis hospitais de referência para os turistas estrangeiros que necessitam de atendimento emergencial durante os Jogos.

Não é a primeira vez que o Hospital Souza Aguiar, que possui a maior emergência da América Latina, enfrenta situações como essa. A unidade, localizada em uma área onde dezenas de pessoas usam drogas à luz do dia, é alvo de violência em seu entorno constantemente.

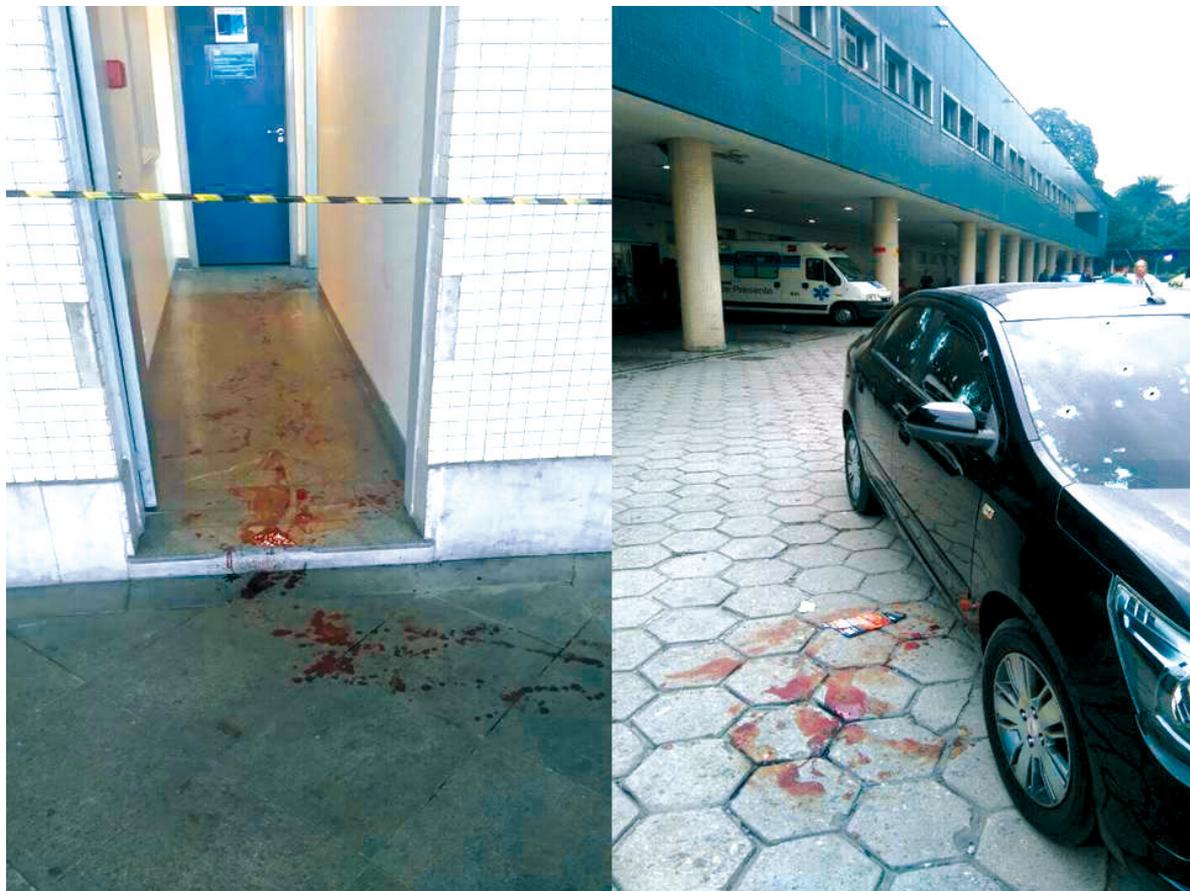
Poucos dias depois do episódio no Hospital Souza Aguiar, a maternidade Alexander Fleming, em Marechal Hermes, bairro da Zona Norte, também foi invadida por três homens armados. De acordo com testemunhas, os criminosos roubaram aparelhos telefônicos e ainda tentaram levar uma paciente como refém.

Cenas semelhantes também já foram registradas no Hospital Estadual Getúlio Vargas (HEGV), na Penha, outro bairro da Zona Norte, localizado nas proximidades do Complexo do Alemão, região que concentra um dos maiores números de favelas da cidade.

Na manhã do dia 16 de setembro de 2012, a pediatra Sônia Maria Stender foi morta a tiros na saída do seu plantão no HEGV. De acordo com colegas da unidade, ela teria sido ameaçada pelo pai de um paciente horas antes.

Na Zona Oeste do Rio, no Hospital Municipal Albert Schweitzer, a situação se repete. Os funcionários trabalham com nervosismo diante da insegurança. A unidade é uma das que mais recebem pacientes presos no Estado. Somente no mês de abril deste ano, o hospital chegou a receber 18 custodiados.

O perigo também está presente em unidades da rede federal. No Hospital Federal de Bonsucesso os funcionários também já passaram por momentos de pavor. No dia 5 de abril de 2001, um grupo de 20 homens armados invadiu a unidade para resgatar um traficante. Eles deixaram o hospital carregando o traficante nos braços e, na saída, mataram um policial militar. Sete pessoas que estavam na fila para marcar consultas ficaram feridas e quatro vigilantes foram brutalmente agredidos.



Sinais da ação de criminosos ocorrida no Hospital Municipal Souza Aguiar

Demora na saída dos detentos é problema grave

Conforme relatos dos profissionais das unidades, um dos problemas enfrentados é a transferência dos custodiados após a liberação médica.

– Temos um custodiado de alta há três semanas no Souza Aguiar. Ligamos para a Central de Regulação todos os dias e nos respondem que não há vaga no Hospital Penitenciário para recebê-lo – denunciou um médico da unidade, em entrevista ao Jornal do CREMERJ no fim de junho.

Só em junho, havia quatro pacientes custodia-

dos no Hospital Federal de Bonsucesso com pedidos de transferências enviados à Central de Regulação da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) sem resposta desde abril.

De acordo com a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, havia cerca de 50 presos sob custódia em unidades das redes municipal e estadual na terceira semana de junho, 12 deles no Hospital Geral de Nova Iguaçu (Hospital da Posse).

Hospital da Posse exige transferência de custodiados

O episódio ocorrido no Hospital Municipal Souza Aguiar motivou o Hospital Geral de Nova Iguaçu (HGNI) a exigir, mais uma vez, a transferência de custodiados em sua unidade. A direção da unidade enviou um ofício ao CREMERJ, no dia 28 de junho, informando sobre os 12 presos internados lá, sendo que cinco já estavam de alta médica.

No documento, a direção explica que enviou diversos ofícios à Secretaria de Administração Penitenciária solicitando a transferência dos presos que já tiveram alta, mas não receberam nenhuma resposta; um deles está de alta desde setembro de 2015.

– A permanência dos custodiados provoca insegurança e mais gastos com insumos. Além disso, os leitos ficam ocupados por pacientes que não preci-

sam mais de assistência médica – declarou o diretor-geral do HGNI, Joé Sestello.

A preocupação da direção se agravou após uma denúncia sobre a pretensão de criminosos em resgatar um traficante internado na unidade. A informação, segundo o ofício, foi enviada ao Poder Judiciário, que determinou a remoção do preso, mas, mais uma vez, nada foi feito.

No mesmo dia em que recebeu o documento do HGNI, o Conselho denunciou os fatos à imprensa, que divulgou amplamente a situação do Hospital da Posse.

No dia 4 de julho, a direção da unidade informou ao Conselho que, dos 12 custodiados, apenas dois haviam sido transferidos.

de violência

Segurança nos hospitais

Invasão poderia ter sido evitada

O lamentável episódio no Souza Aguiar poderia ter sido evitado se uma portaria da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, que vigora desde 2002, estivesse sendo respeitada. A norma determina que, no momento em que não há mais risco de morte, o detento deve ser transferido para alguma unidade do sistema prisional, já que os hospitais da rede pública não possuem a segurança necessária para receber presos, expondo, assim, profissionais de saúde e a população que busca atendimento.

Até 2006, o sistema prisional contava com um hospital geral de referência, localizado no Complexo da Frei Caneca, onde os presos eram transferidos para realização de cirurgias. Com a implosão da penitenciária, a unidade foi desativada, e os presos passaram a ser atendidos na rede pública, juntamente com toda a população, criando uma rotina de medo. O problema é agravado pela demora da polícia em buscar os presos sob custódia, que são responsabilidade da polícia militar. Já a transferência é uma competência da polícia civil.

Funcionamento temporário no Complexo de Gericinó

No dia 24 de junho, os secretários de Segurança, José Mariano Beltrame, e de Saúde, Luiz Antônio Teixeira Júnior, fizeram uma visita ao Complexo Penitenciário de Gericinó para analisar o espaço. Foi definido que a partir de 1º de julho o hospital de campanha começaria a funcionar temporariamente por 60 dias, ampliando a capacidade em 40 leitos.

Na ocasião, também foi prometida uma construção acoplada à UPA que já existe no complexo para aumentar o número de vagas, impedindo, assim, que os detentos custodiados sejam atendidos em unidades oferecidas à população. Atualmente, a UPA dispõe de 18 vagas. A Secretaria Estadual de Saúde ainda apreciará como será realizada a transferência de recursos financeiros para a nova unidade, além de definir a equipe que vai atuar nela.

Conselho se reúne com secretário de Segurança

No dia 22 de junho, o CREMERJ realizou uma reunião com o secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, quando foi decidido que o Conselho cobraria do governo estadual que o Hospital Penitenciário Dr. Hamilton Agostinho Vieira de Castro passasse a ser o único centro de recebimento de presos custodiados em todo Estado. Um documento foi entregue e recebido pelo governador em exercício, Francisco Dorneles, no dia seguinte, 23 de junho.

Durante a reunião, o presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez, lembrou que a luta por segurança nas unidades é antiga e que, em janeiro, representantes do Conselho e do Sindicato dos Médicos do Rio estiveram com o comandante-geral da Polícia Militar do Estado (PMERJ), Edison Duarte dos Santos Júnior, para tratar da proteção dentro e no entorno das unidades, além da permanência de presos sob custódia nos hospitais públicos.

Como medida emergencial, Beltrame anunciou a montagem de um hospital de campanha no Complexo Penitenciário de Gericinó, em



Pablo Vazquez e José Mariano Beltrame

Bangu, na Zona Oeste do Rio, que passará a receber os detentos. Para garantir a segurança dos hospitais, Beltrame adiantou que solicitou ao chefe do Estado-Maior Geral que seja colocada uma viatura em frente a cada hospital, mesmo não tendo preso custodiado.

O presidente do CREMERJ finalizou o encontro destacando que a instalação do hospital de campanha deve ser vista como uma solução provisória. E reforçou que o ideal é investir no Hospital Penitenciário, que já existe no Estado, mas funciona de forma

precária, sem aparelhamento adequado, e conta com apenas 44 leitos.

– É preciso que o governo garanta o funcionamento pleno do Hospital Penitenciário, que é a melhor saída para evitar episódios como o ocorrido no Souza Aguiar. Reconhecemos o direito constitucional de acesso à saúde de qualidade a todos os cidadãos, mas a segurança nas unidades é uma condição fundamental para a manutenção do bom atendimento e para o próprio cumprimento desse direito – finalizou Vazquez.

CREMERJ vem lutando há muito tempo

Infelizmente, a falta de segurança nas unidades, principalmente as que têm atendimento 24 horas, segue através de vários governos. O CREMERJ sempre lutou para garantir a segurança das equipes no exercício de suas funções, de pacientes e demais frequentadores das unidades de saúde. São inúmeros os casos registrados de agressões a funcionários, roubos à mão armada durante o horário de visitas e invasão de marginais para resgate de presos custodiados. Desde 2004, o Conselho tem denunciado e cobrado providências acerca do problema da violência nesses locais, principalmente aqueles que possuem emergência, dentre elas a extensão do Programa Estadual de Integração na Se-



gurança (Proeis), adotado nas escolas públicas, e a efetivação dos aprovados em concurso público para a Polícia Militar, que atenuaria o déficit de profissionais na área.

Falta de segurança na ida e volta do trabalho

A falta de segurança, além de atingir unidades de saúde no Estado, também tem afetado profissionais na ida ou volta do trabalho em toda a cidade.

A médica Gisele Palhares Gouveia, de 34 anos, foi baleada durante uma tentativa de assalto na saída da Via Dutra, na Zona Norte do Rio, na noite do dia 25 de junho, quando retornava do trabalho, em Nova Iguaçu. Ela foi socorrida e levada para o Hospital Estadual Adão Pereira Nunes, em Duque de Caxias, mas não resistiu.

– A segurança, assim como a saúde, é um direito de todos os cidadãos. Cabe ao Estado assegurá-los. Sabemos que há uma crise econômica no país, mas é imprescindível que o governo busque alternativas para solucionar os problemas nessas áreas. O CREMERJ seguirá cobrando das autoridades a garantia desses direitos – frisou o presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez.

SAÚDE PÚBLICA • Muitos centros que atendem idosos não são vistos como unidades de saúde

Instituições de Longa Permanência em debate

As Instituições de Longa Permanência (ILP) para idosos no Estado do Rio de Janeiro foram tema da reunião, realizada no dia 27 de junho, entre os conselheiros Gil Simões e Serafim Borges; o promotor do Ministério Público do Estado Rafael Lemos; e as representantes da Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado do Rio de Janeiro (Suvisa-RJ) Helen Keller e Ana Paula Brandão; da Secretaria de Saúde Cláudia Melo; e as médicas fiscais do CREMERJ Carolina Mascarenhas, Lillian Cognac e Simone Assalie.

Um dos principais pontos levantados na reunião foi a divergência entre resoluções dos Conselhos Regionais e da Anvisa, além da caracterização dessas instituições que, muitas vezes, não são vistas como unidades de saúde perante a lei.

– Uma unidade de saúde tem regras detalhadas, sendo mais fácil de impugnação no Poder Judiciário do que uma unidade que não é de saúde, ou seja, que não tem médico. Mas quando se visita ambas as unidades, geralmente elas são muito parecidas – explicou o promotor Rafael Lemos, que é subcoordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência.

Outra questão destacada foi justamente a obrigatoriedade do atendimento médico, que não necessariamente significa a presença de um médico na unidade.



Conselheiros Gil Simões e Serafim Borges debatem situação das instituições de idosos com representantes da Suvisa e do MP e com médicas fiscais

– A resolução da Anvisa não fala da figura do médico. E do ponto de vista do CREMERJ, a admissão do idoso na instituição tem que ser feita pelo médico. Há uma lei estadual que cita a obrigatoriedade de um médico com carga horária de oito horas, mas na prática isso não acontece. É importante pensar também na questão epidemiológica da unidade – observou a médica fiscal Simone Assalie.

Cláudia Melo frisou que as fiscalizações da Secretaria de Saúde procuram um grupo multidisciplinar, vendo o idoso em um contexto, mas sempre destacando a presença do médico.

Serafim Borges, que também é responsável pela Câmara Técnica de Geriatria do Conselho, explicou a classifica-

ção da resolução do Conselho que qualifica o grau de dependência do idoso em A, B ou C; sendo A o idoso que é independente em suas atividades diárias e C, o idoso com alto grau de dependência. Ele avalia que as instituições devem estar habilitadas a receber idosos em qualquer condição e frisou a importância de ter pessoal capacitado para o atendimento ao idoso.

– Vemos muita coisa errada, mas o fechamento de uma instituição dessas é um desastre social. Por que não criar uma rede de assistência ao idoso, em que as instituições conversem entre si? Talvez essa seja a alternativa mais adequada – salientou.

Segundo o MP, hoje são 387 ILPs registradas no Estado, sendo a maioria

deles privados de caráter filantrópico.

– Poderíamos fazer um trabalho conjunto nessas unidades filantrópicas cobrando que tenham convênio com os municípios para assistência médica, saúde da família, transporte e referência hospitalar – sugeriu o conselheiro Gil Simões.

O grupo fará reuniões e encontros técnicos para aprofundar o assunto sob o ponto de vista das diferentes instituições. Além disso, serão feitas fiscalizações conjuntas em julho no município de São Gonçalo, apontado como um dos que apresentam mais problemas como as ILPs.

Estiveram presentes também o assessor jurídico do CREMERJ Paulo Sérgio Martins e o membro da Câmara Técnica de Geriatria Silvia Pereira.

Parceria CREMERJ-Fiocruz vai desenvolver políticas de saúde

Os conselheiros Gil Simões e Sidnei Ferreira participaram, no dia 20 de junho, da primeira reunião de cooperação técnica com pesquisadores do Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz (CEE-Fiocruz). A parceria objetiva a troca de informações para realização de pesquisas que irão subsidiar propostas sobre saúde pública, na busca de políticas melhores e mais eficazes.

A parceria também conta com a colaboração do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Iesc), da UFRJ, e do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

A primeira ação será uma pesquisa quantitativa com médicos do Rio de Janeiro e de São Paulo para avaliar o Sistema Público de Saúde (SUS).

O pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp), da Fiocruz, Antonio Ivo de Carvalho, que coordena o processo, explicou que a instituição adquiriu uma plataforma que



Conselheiros Gil Simões e Sidnei Ferreira em reunião com membros do CEE/Fiocruz

permitirá realizar esses levantamentos.

Neste momento, o estudo será feito por meio de entrevista por telefone ou e-mail, realizada por estudantes de medicina.

O conselheiro Gil Simões ressaltou a importância da iniciativa.

– Essa pesquisa é interessante para que as insti-

tuições possam saber qual a visão do médico sobre o sistema de saúde. Além disso, abre a possibilidade para que outros estudos sejam feitos e possam subsidiar projetos e ações na área – declarou Gil Simões.

A pesquisadora e professora do Iesc Lúcia Bahia e o professor da FMUSP Mário Scheffer também participaram da reunião.

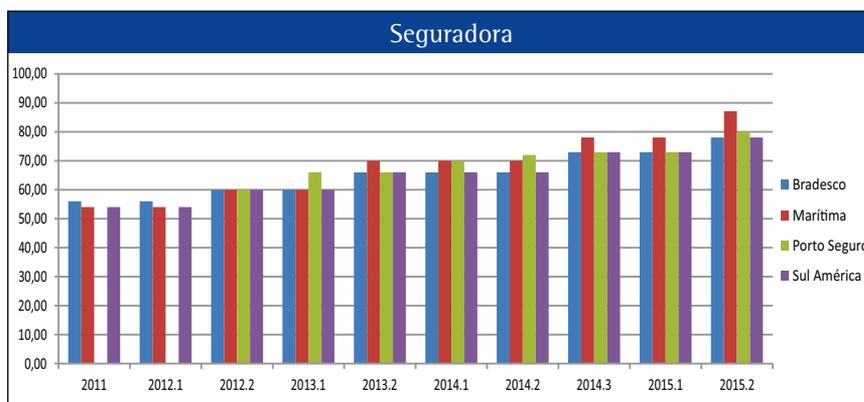
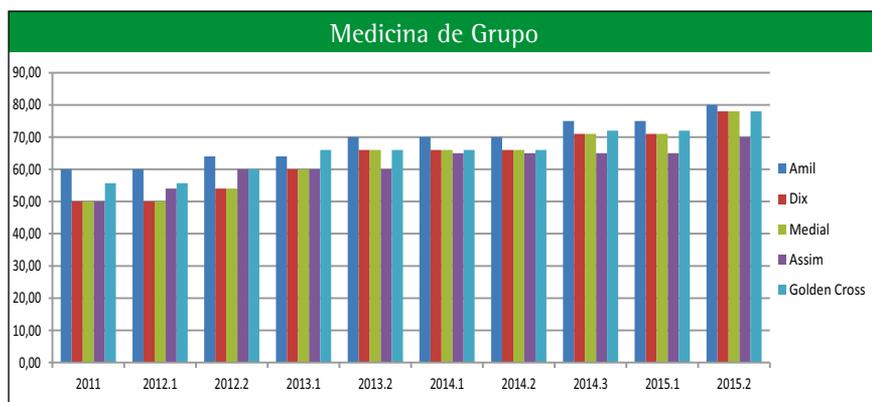
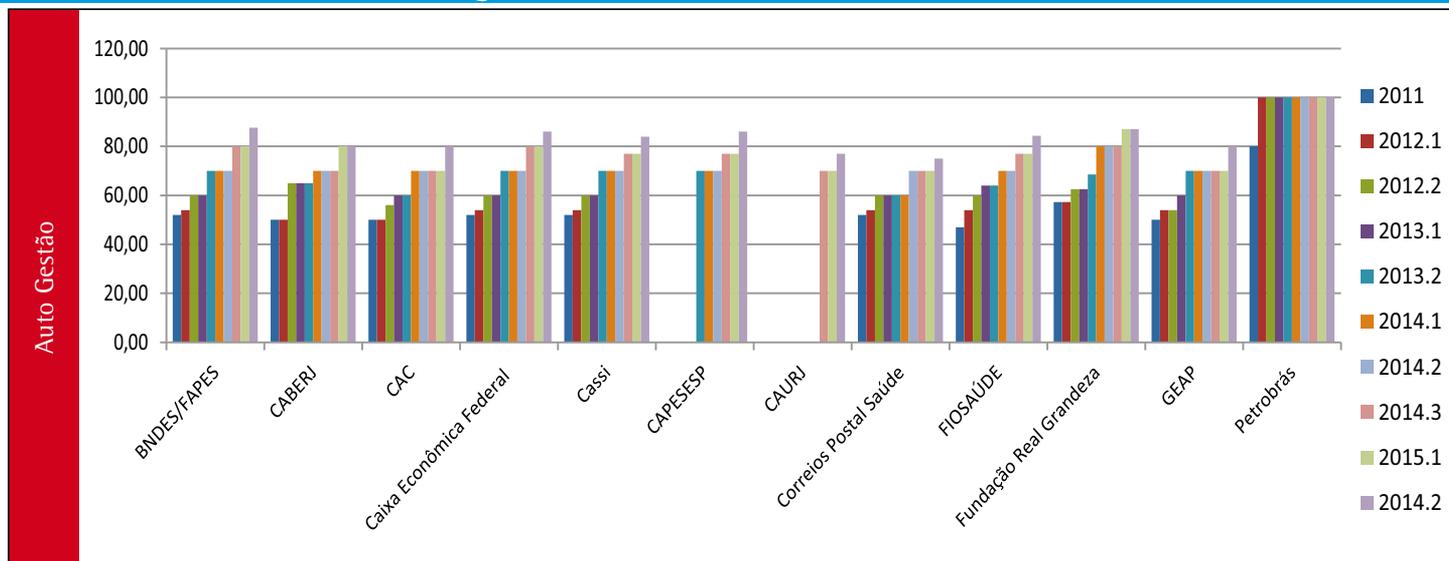
SAÚDE SUPLEMENTAR • Números contabilizam período de cinco anos, de 2011 a 2015

Comssu avalia evolução dos valores das consultas

VALOR DE CONSULTAS (R\$)														
Modalidade	OPERADORAS	2011	2012		2013		2014			2015		Dif. no Período (jan/11 à dez/15)	IPCA Acumulado (jan/11 à dez/15)	
			2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2014.3	2015.1	2015.2			
Auto Gestão	BNDES/FAPES	52,00	54,00	60,00	60,00	70,00	70,00	70,00	80,00	80,00	87,60	68,46%	40,59%	
	CABERJ	50,00	50,00	65,00	65,00	65,00	70,00	70,00	70,00	80,00	80,00	60,00%	40,59%	
	CAC	50,00	50,00	56,00	56,00	60,00	70,00	70,00	70,00	70,00	80,00	60,00%	40,59%	
	Caixa Econômica Federal	52,00	54,00	60,00	60,00	70,00	70,00	70,00	80,00	80,00	86,00	65,38%	40,59%	
	Cassi	52,00	54,00	60,00	60,00	70,00	70,00	70,00	77,00	77,00	84,00	61,54%	40,59%	
	CAPESESP	-	-	-	-	-	70,00	70,00	77,00	77,00	77,00	85,99	22,84%	20,59%
	CAURJ	-	-	-	-	-	-	-	70,00	70,00	77,00	77,00	10,00%	13,51%
	Correios Postal Saúde	52,00	54,00	60,00	60,00	60,00	60,00	70,00	70,00	70,00	75,00	44,23%	40,59%	
	FIOSAÚDE	47,00	54,00	60,00	60,00	64,00	70,00	70,00	77,00	77,00	84,31	79,38%	40,59%	
	Fundação Real Grandeza	57,23	57,23	62,47	62,47	68,53	80,00	80,00	80,00	87,00	87,00	52,02%	40,59%	
	GEAP	50,00	54,00	54,00	60,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	80,00	60,00%	40,59%	
	Petrobrás	80,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	25,00%	40,59%	
Medicina de Grupo	Amil	60,00	60,00	64,00	64,00	70,00	70,00	70,00	75,00	75,00	80,00	33,33%	40,59%	
	Dix	50,00	50,00	54,00	60,00	66,00	66,00	66,00	71,00	71,00	78,00	56,00%	40,59%	
	Medial	50,00	50,00	54,00	60,00	66,00	66,00	66,00	71,00	71,00	78,00	56,00%	40,59%	
	Assim	50,00	54,00	60,00	60,00	60,00	65,00	65,00	65,00	65,00	70,00	40,00%	40,59%	
	Golden Cross	55,70	55,70	60,00	66,00	66,00	66,00	66,00	72,00	72,00	78,00	40,04%	40,59%	
Seguradora	Bradesco	56,00	56,00	60,00	60,00	66,00	66,00	66,00	73,00	73,00	78,00	39,29%	40,59%	
	Maritima	54,00	54,00	60,00	60,00	70,00	70,00	70,00	78,00	78,00	87,10	61,30%	40,59%	
	Porto Seguro	-	-	60,00	66,00	66,00	70,00	72,00	73,00	73,00	80,00	33,33%	28,46%	
	Sul América	54,00	54,00	60,00	60,00	66,00	66,00	66,00	73,00	73,00	78,00	44,44%	40,59%	

{2014/2015}
Lei 13.003 entra em vigor

Comparação evolutiva do aumento dos valores



ESTADO AFORA • Santa Casa atende pacientes com diversos tipos de câncer

BARRA MANSA: inaugurado o OncoBarra

O centro de oncologia do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Barra Mansa, o OncoBarra, foi inaugurado no dia 10 de junho. O evento contou com a presença do ministro da Saúde, Ricardo Barros; do secretário estadual de Saúde do Rio de Janeiro, Luiz Antonio Teixeira Junior; e do vice-presidente do CREMERJ Nelson Nahon. O OncoBarra funciona desde janeiro e atende a pacientes com diversos tipos de câncer em todos os estágios do tratamento.

O conselheiro Nelson Nahon parabenizou a Santa Casa pela inauguração do centro em meio às dificuldades que a saúde atravessa.

– Com este serviço de alto padrão para a população local e dos municípios no entorno a Santa Casa está de parabéns, bem como o Ministério da Saúde e o Inca. Mas é importante que o governo federal nos ajude, aumentando o financiamento da saúde. O mesmo vale para o Estado, que hoje aplica apenas 3% do orçamento no setor quando a lei o obriga a investir 12% – destacou Nahon.

Ele lembrou também alguns dados alarmantes sobre o câncer e o tratamento no Estado.



Getúlio José Pereira, Luiz Antonio Roxo, Nelson Nahon, Jair Fusco, Ricardo Arbex e Bernardo Calvano

– No Brasil temos 600 mil casos novos de câncer por ano. Sabemos que entre o diagnóstico e o tratamento do câncer de mama no Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, leva-se, em média, oito meses, quando o recomendado pela Organização Mundial de Saúde são 30 dias – lembrou.

O provedor da Santa Casa de Barra Mansa, Jair Fusco, destacou a realização desse centro com um marco na região:

– O OncoBarra é um projeto que

começou há oito anos. Um sonho não só meu como de todos aqui na Santa Casa, da provedoria, dos médicos e de todos os funcionários – ressaltou.

Bernardo Calvano, vice-diretor médico da Santa Casa e coordenador da Seccional de Barra Mansa do CREMERJ, ressaltou o duplo ganho do centro.

– Esta inauguração tem um cunho social, no sentido de atender aqueles pacientes mais carentes que se deslocavam a outros municípios

para tratamento do câncer. E há também a abertura de postos para a classe médica trabalhar e se desenvolver. É um ganho nos dois sentidos – disse.

O presidente da Sociedade Médica de Barra Mansa, Luiz Antonio Roxo, destacou a satisfação dos médicos com a conquista.

– A classe médica está muito orgulhosa porque esse centro vai atender com excelência a essa região, mas será também uma referência em todo Estado – acrescentou.

Hospitais do município ameaçam reduzir atendimento

As unidades de Saúde do município de Barra Mansa reduziram os atendimentos à população desde 18 de junho. As duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) da cidade, o Hospital Maternidade Theresa Sacchi de Moura, conhecido como Hospital da Mulher, e a Santa Casa de Misericórdia do município passam por uma grave crise por conta dos atrasos dos repasses da prefeitura.

Nas UPAs, o atendimento será feito apenas para casos de urgência e emergência, pois faltam medicamentos e insumos. Além disso, os médicos denunciam as péssimas condições de trabalho e

o atraso nos salários. Segundo eles, o pagamento de abril não foi feito integralmente e até o momento não receberam o de maio. A Organização Social (OS) que administra a unidade alega não receber os repasses da prefeitura. Para piorar a situação, o contrato com a OS termina ainda em junho e não há previsão de renovação.

A situação também é complicada na UTI neonatal do Hospital da Mulher – única unidade pública de Barra Mansa a prestar assistência médica pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às gestantes de alto risco obstétrico e neonatal. A maternidade pode

ficar sem o atendimento da UTI Neonatal devido ao atraso dos repasses pela prefeitura.

A falta de recursos também afetou o atendimento na Santa Casa, que está sem receber as verbas há quatro meses. O hospital pretende reduzir as atividades em alguns setores.

– O quadro na saúde de Barra Mansa é muito grave e coloca em risco a população. É importante que a prefeitura resolva imediatamente a questão dos repasses para as unidades, que é obrigação constitucional – declarou o vice-presidente do CREMERJ Nelson Nahon.



A diretora do CREMERJ Marília de Abreu ministrou, no dia 7 de junho, palestra sobre prontuário médico e atestado de óbito no Centro de Estudos da Santa Casa de Barra Mansa. O encontro teve como objetivo orientar os colegas e dirimir dúvidas sobre os documentos.

TERESÓPOLIS: MP convoca poder público e representantes da saúde para audiência conciliatória

Os graves problemas na saúde de Teresópolis foram discutidos em audiência conciliatória, desta vez ajuizada pelo Ministério Público Estadual, no dia 17 de junho. O atual secretário municipal de saúde, Júlio César Ambrósio, e o prefeito de Teresópolis, Mário Tricano, compareceram para, em acordo com demais entidades e representantes da saúde, estabelecer metas, prazos e planos de melhorias para a saúde na região.

– O CREMERJ tem uma ação na Justiça Federal com o Termo de Ajuste de Conduta e vários prazos para a instalação da central de regulação e a definição da função da emergência da UPA. Porém, esses prazos não foram cumpridos. Sabemos que a unidade está com falta de vários medicamentos, além de não conseguir transferir seus pacientes para o CTI porque existe um déficit de leitos, tanto no município quanto no Estado. Também é do nosso conhecimento que a atenção primária em Teresópolis está caótica. Existem 16 unidades de saúde, mas com a mudança na forma de contratação, o sistema está extremamente deficitário, com apenas



Nelson Nahon durante sua explanação

cinco unidades em funcionamento – explicou o diretor do CREMERJ Nelson Nahon, durante a ocasião.

Ele listou, como questões prioritárias para a região, a estruturação de uma central de regulação, os cuidados com a atenção primária, a contratação de leitos de retaguarda, a compra de medicamentos e a manutenção de aparelhagens.

Representantes do Conselho Regional de Enfermagem (Coren-RJ), da

Unidade de Pronto Atendimento de Teresópolis (UPA), do Hospital das Clínicas de Teresópolis Constantino Otaviano (HCT), da Fundação Educacional Serra dos Órgãos, da Associação Congregação de Santa Catarina (Hospital São José) e dos Conselhos Municipal e Estadual de Saúde também estiveram presentes.

Segundo o juiz Mauro Guita, as entidades de saúde do município fo-

ram chamadas com a função de intervir tecnicamente e observar o andamento do processo.

– É evidente que o problema na saúde se reflete, além de nos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), naqueles que representam e prestam serviço médico à população. A audiência de conciliação é uma forma de debater o assunto para que surja uma solução consensual – frisou o juiz.

Por fim, o Ministério Público instituiu um prazo de 30 dias para o cumprimento dos itens discutidos e agendou, para o dia 22 de julho, uma nova ação para dar continuidade à conciliação, avaliando o cumprimento do acordo e realizando o detalhamento das obrigações assumidas.

– O MP estabeleceu que, em caso de descumprimento do acordo, sejam fixadas multas pessoais às autoridades municipais, chegando até a possibilidade de aplicação de sanções criminais por ato de improbidade administrativa – acrescentou o juiz Mauro Guita.

Também esteve presente o assessor jurídico do CREMERJ Paulo Sérgio.

DUQUE DE CAXIAS: redução de pediatras em seis UPAs

A diminuição do quadro de pediatras de seis Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) em Duque de Caxias levou a uma reunião convocada pelo Conselho do Rio com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do município. O encontro foi marcado a pedido da Comissão de Saúde Pública do CREMERJ e ocorreu na sede do CRM, no dia 23 de maio.

Estavam presentes o presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez; os diretores do Conselho Nelson Nahon e Erika Reis; o secretário de Saúde de Duque de Caxias, Camillo Junqueira; a subsecretária de Atenção à Saúde, Márcia Caputo; e o subsecretário de Administração e Gestão de Pessoal, Antônio Carlos Russano.

O Conselho solicitou aos gestores informações sobre os tipos de contratação dos médicos na cidade e questionou a motivação para a redução do número de pediatras em algumas unidades, após denúncia feita à Comissão.

– Toda a gestão da saúde de Duque de Caxias é pública e administrada pela Secretaria de Saúde. O município foi proibido pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal de contratar Organizações Sociais (OSs) para



Antônio Carlos Russano, Camillo Junqueira, Márcia Caputo, Pablo Vazquez, Nelson Nahon e Erika Reis

gerir as unidades – disse Junqueira.

Apesar de a coordenação da saúde ser de total responsabilidade do município, os gestores relatam dificuldades em conseguir aumentar o quadro de funcionários.

– Os médicos das UPAs de Duque de Caxias são contratados através da cooperativa Renacoop, pois não podemos realizar concurso público. Assinamos um Termo de Ajustamento de Conduta com os MPs para contratar pessoal através de cooperativas licitadas, que está em vigor até 31 de dezembro deste ano – expli-

cou o secretário de Saúde.

De acordo com ele, a falta de repasses do Estado levou ao remanejamento dos médicos das unidades locais. Ele ainda salientou que o governo está sem pagar o município há 15 meses e devendo mais de R\$ 20 milhões.

Camillo Junqueira relatou que a cidade recebe muitos pacientes provenientes da Baixada Fluminense e de bairros vizinhos do Rio de Janeiro.

– A redução de verbas fez com que precisássemos redistribuir os plantões dos profissionais das UPAs.

As unidades de Saracuruna, Equitativa e Pilares são maiores, em comparação às de Imbariê, Campos Elíseos e Xerém. Em razão disso, tivemos que refazer as escalas de plantonistas pediátricos, a fim de suprir a necessidade de cada estabelecimento – explicou.

Sobre a diminuição do número de pediatras, o subsecretário de Administração e Gestão de Pessoal afirmou que nenhuma mudança foi feita sem um estudo da demanda de atendimento do Departamento de Monitoramento e Avaliação.

– As alterações inicialmente aconteceram nas unidades menores, que ficaram com dois pediatras de plantão durante o dia e com um à noite. Em seguida modificamos, quando uma UPA solicitou mais um pediatra que a unidade maior não precisava – relatou Russano.

A secretaria informou que está tentando rever a situação dos funcionários das UPAs.

– Estivemos com o Conselho Municipal de Saúde de Duque de Caxias e depois com o prefeito para tratar desse assunto. Vamos buscar uma forma de tentar reverter essa situação – frisou Junqueira.

EDUCAÇÃO MÉDICA CONTINUADA • CREMERJ continua a promover cursos e fóruns de atualização



Pneumologia e cirurgia torácica

A Câmara Técnica de Pneumologia e Cirurgia Torácica do CREMERJ e a Sociedade de Pneumologia e Tisiologia do Estado do Rio de Janeiro (Sop-terj) promoveram, no dia 25 de junho, um fórum sobre fibrose pulmonar idiopática. O evento foi aberto pelo conselheiro José Ramon Blanco; pela coordenadora e pelo responsável pela Câmara Técnica, Margareth Maria Dalco- mo e Alexandre Pinto Cardoso; e pelo presidente da Soperj, Gilmar Zonzin.

– Estamos em 2016 e ainda há uma mortalidade importante nessa área. Medicamentos lançados no mercado ainda estão longe do acesso ao público que precisa – comentou Margareth Maria Dalco.

Além de Gilmar Zonzin, foram também palestrantes Bruno Baldi, Adalberto Rubin, Claudia Henrique da Costa, Domenico Capone, Rogério Rufino, Eucir Rabello, Eduardo Bethlem e Maria de Fátima Teixeira.

Hematologia

A Câmara Técnica de Hematologia e Hemoterapia do CREMERJ promoveu, no dia 11 de junho, o Fórum Alterações Hematológicas das Doenças Emergentes.

O coordenador da Câmara Técnica, Fábio Nucci, citou a preocupação em promover um evento com temas abrangentes.

– Nesta edição abordamos as anemias relacionadas a cirurgias de obesidade mórbida e redução de estôma-

go. Também falamos das evoluções hematológicas das arboviroses, como dengue, zika e chikungunya. E, por fim, explanamos sobre doenças não hematológicas e remédios que causam citopenias. Nossa intenção é mostrar um pouco da especialidade para os colegas que, muitas vezes, estão na ponta recebendo o doente – explicou Fábio.

O fórum contou com palestras de Clarisse Lobo, Fernando Pinto e Maria Christina Maioli.

Ginecologia e obstetrícia

O CREMERJ promoveu, no dia 14 de maio, o terceiro módulo do XVI Curso de Educação Médica Continuada em Ginecologia e Obstetrícia. O evento foi aberto pelas conselheiras Vera Fonseca e Marília de Abreu.

Além de Vera Fonseca, proferiram

palestras, sob a coordenação de Deyse Barrocas e Paulo César da Silva, os especialistas Flávia Maria Climaco, Mauro Romero, Marco Aurélio de Oliveira, Isabel Cristina Guimarães, Jorge José Serapião, Mário Newton de Azevedo e Renato Ferrari.

Curso em Itaperuna

A Seccional de Itaperuna do CREMERJ promoveu, no dia 3 de junho, no auditório da Universidade Iguazu, campus Itaperuna, o curso de Educação Médica Continuada “Erro Médico”, no qual foram abordados assuntos como responsabilidades civil e penal e omissão de rendimentos.

Proferiram palestras os advogados Adilson de Castro Jr. e Marcelo Padilha. Foram debatedores o advogado Leandro Costa, o promotor de Justiça Waldemiro Tróculo Jr. e o procurador federal e membro da Advocacia Geral

da União Leonardo de Faria.

Para o coordenador da seccional, conselheiro Carlos Eugênio de Barros, os temas tratados no curso são contemporâneos e intrínsecos ao exercício profissional dos médicos.

– Nós lidamos com a vida, o maior patrimônio do ser humano. Por isso é fundamental que reforçemos a importância da ética na nossa prática diária e estejamos atentos para manter o bom atendimento aos nossos pacientes – frisou.

O conselheiro Luís Fernando Moraes também participou do evento.

Pediatria

O segundo módulo do Curso de Educação Médica Continuada em Pediatria promovido pelo CREMERJ e pela Sociedade de Pediatria do Estado do Rio de Janeiro (Soperj) foi realizado no dia 21 de maio. O encontro foi aberto pelo conselheiro Gil Simões e pela

presidente da Soperj, Isabel Madeira.

Além de Gil Simões, responsável pelo enfoque ético, ministraram palestras os especialistas Isabella Ballalai, Abelardo Pinto Junior, Denise Sztajn- bok, Andreia Moreira, Paulo Ivo Araujo, Gabriela Crenzel e Rossano Lima.



Tomaz Brito e Marília de Abreu

Medicina hiperbárica

O Fórum de Medicina Hiperbárica reuniu, no dia 11 de junho, médicos das mais diversas especialidades.

À frente da organização do evento, o membro do Grupo de Trabalho sobre Medicina Hiperbárica Tomaz de Aquino Brito garantiu que a especialidade conta com dados bem estabelecidos, porém com muita área para pesquisa.

– Nosso objetivo neste evento é esclarecer o que é a medicina hiper-

bárica, o que fazemos e para que servimos, já que não é um assunto estudado na faculdade. Trata-se de um conhecimento que se adquire, dependendo da especialidade, e envolve também medicina do trabalho e do esporte – explicou ele.

Além de Tomaz de Aquino Brito, proferiram palestras Fábria Martins, Angélica Tavares, Bruno Parente e Iriano Alves.



Carlos Gerk Filho e Serafim Borges

Medicina aeroespacial

A atividade aérea e a fadiga foram os temas principais do VII Simpósio de Medicina Aeroespacial, organizado pelo Grupo de Trabalho sobre Medicina Aeroespacial do CREMERJ, no dia 18 de junho.

O coordenador do grupo, Carlos Gerk Filho, falou sobre os novos estudos na área e a importância da orientação dos passageiros e tripulantes para os voos.

– Para ampliar o simpósio, decidimos falar não somente dos pilotos e

comissários, mas também dos passageiros. Muitos pacientes que farão viagens de avião nos procuram para saber quais cuidados tomar. Essa iniciativa é preciosa, porque a pressão atmosférica durante um voo é diferente e nosso organismo pode estranhar – explicou.

Além de Carlos Gerk Filho, ministraram palestras os especialistas Albert Rebello, Luiz Eduardo Pannain, Flavio José Xavier e Rolland de Souza.



Formandos da UFF



Formandos da Unifeso

RECÉM-FORMADOS • Conselheiro faz palestra sobre ações do Conselho e dá orientações aos novos médicos

CREMERJ agiliza registro dos formandos

O CREMERJ recebeu formandos da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Iguazu (Unig, campus Itaperuna), da Universidade Estácio de Sá (campus Arcos da Lapa) e Unig (campus de Nova Iguaçu), da Unigranrio (campus Duque de Caxias e Barra da Tijuca), do Centro Universitário Serra dos Órgãos (Unifeso) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos dias 25 de maio e 2, 6, 13, 17 e 22 de junho, para entregarem os documentos necessários à emissão do número do CRM e da carteira profissional. Na ocasião, o conselheiro Luís Fernando Moraes proferiu a palestra “Conhecendo o CREMERJ”.

– Esse é um trabalho que fazemos para orientá-los sobre situações que vocês vão enfrentar e certas atitudes que podem auxiliá-los no exercício da profissão. Também falamos sobre detalhes burocráticos do nosso dia a dia. Estamos aqui à disposição para o que precisarem – disse Luís Fernando.

O presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez, abriu o evento da Unesa, convidando os novos médicos a lutar por melhores condições de trabalho para a categoria. Na mesma ocasião, Eduardo Scarlatelli, da Associação dos Médicos Residentes do Estado do Rio de Janeiro (Amererj), tirou algumas dúvidas sobre residências médicas.

O Conselheiro Serafim Borges participou da reunião com os formandos da Unigranrio.



formanda da UFF

“Eu achei a palestra muito esclarecedora no sentido de conhecer os direitos que nós temos e também saber qual tipo de apoio podemos receber do Conselho.”

Daniele Kalil de Souza,



formanda da Unig (campus Itaperuna)

“As informações do conselheiro do CREMERJ foram muito instrutivas para estarmos melhor preparados para o mercado de trabalho.”

Amanda Alvernaz Brito,



formando da Unigranrio (campus Barra da Tijuca)

“Com certeza, hoje, saímos daqui muito mais preparados para entender os pormenores da prática médica diária.”

Daniel Monnerat Machado,



formando da Unifeso

“O conselheiro nos explicou sobre a transferência, a anuidade e outros trâmites burocráticos, que são fundamentais e que facilitam nosso cotidiano.”

Rodrigo da Silva Gomes,



formanda da Unesa

“Como estamos no início da carreira, ainda existem dúvidas sobre algumas questões em relação aos direitos e deveres dos médicos. A palestra foi importante nesse sentido.”

Nayra Rodrigues,



“Foi bom saber que o CREMERJ é participativo e firme quanto à boa prática médica. Entendo como uma parceria.”

Bruno Henrique de Oliveira –

formando da UFRJ (campus Macaé)



Formandos da Unesa



Formandos da Unig



Formandos da UFRJ



Formandos da Unigranrio

EVENTOS • CREMERJ participa de solenidades de posse e seminários promovidos pelas entidades médicas

Nova diretoria assume a SBP

O CREMERJ participou da cerimônia de posse da nova diretoria da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), realizada no dia 4 de junho, na qual o conselheiro federal Sidnei Ferreira foi empossado secretário-geral.

A presidente eleita da SBP, Luciana Rodrigues Silva, primeira mulher a ocupar o cargo, enfatizou a competência e comprometimento do grupo que assume a gestão ao seu lado.

– Estou certa de que os pediatras que se engajaram têm entusiasmo para implantar uma nova visão sobre a pediatria. Nossas propostas serão realizadas sobre quatro pilares: na forma de conduzir a sociedade; de ampliar as ações de educação médica continuada; de buscar melhores condições de trabalho e valorização do pediatra; e de aprofundar as políticas e benefícios para as crianças e suas famílias – disse ela.

Sidnei Ferreira citou o desafio da nova gestão em melhorar as condições de trabalho dos pediatras, com remuneração digna e estabilidade profissional, através de concurso público.

– Queremos que o pediatra seja ouvido pelos Três Poderes, quando se planejar a saúde da criança e do adolescente. O maior desafio é manter todos informados, através da educação médica continuada e da união dos colegas, para que haja mobilização em prol das melhorias que tanto deseja-



José Martins Filho, Sérgio Augusto Cabral, Alvaro Augusto C.S Filho, Jutahy Magalhães Júnior, Eduardo Vaz, Luciana Silva, José Fernando Vinagre, Emilio César Zilli, Isabel Rey Madeira e Pablo Vazquez

mos. Temos bastante trabalho pela frente, mas também muita garra – frisou.

Para Pablo Vazquez, é importante que a presidente de uma sociedade médica, tão grande como a SBP, esteja motivada a lutar por melhorias na especialidade.

– É fundamental que a nova presidente da SBP demonstre preocupação com as condições de trabalho dos colegas e com a saúde das crianças e adolescentes. Torço para que eles tenham pleno êxito na luta por um sistema único de saúde e assistência médica de qualidade – afirmou o presidente do CRM.

O conselheiro José Ramon Blanco, que preside ainda a Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro (Somerj), falou sobre a satisfação de ver a força feminina dentro da especialidade.

– Fiquei muito satisfeito com a forma como a nova presidente apresentou o seu discurso. É muito bom ver que tem gente que aceita o desafio e tenta superar os obstáculos, que não são poucos – observou.

Além do presidente do CREMERJ, compuseram a mesa de abertura da cerimônia o ex-presidente da SBP Eduardo Vaz; o deputado federal Jutahy Magalhães Junior; o professor da Universidade Federal da Bahia Álvaro Augusto da Cruz Filho; os presidente da Associação Internacional de Pediatria, Sérgio Augusto Cabral, e da Academia Brasileira de Pediatria, José Martins Filho; o corregedor do Conselho Federal de Medicina (CFM), José Fernando Vinagre; o diretor de Defesa Profissional da

Associação Médica Brasileira, Emilio César Zilli; e a presidente da Sociedade de Pediatria do Estado do Rio de Janeiro (Soperj), Isabel Madeira.

Os conselheiros José Ramon Blanco e Kássie Carginin também estiveram no evento.

Também tomaram posse pela SBP o primeiro vice-presidente, Clóvis Constantino; o segundo vice-presidente, Edson Liberal; e a diretora financeira, Maria Teresa da Costa; tendo a comissão de Sindicância Gilberto Pascolatti, Aníbal de Melo, Isabel Madeira, Joaquim João de Menezes e Valmir Silva; e como suplentes Paulo Tadeu Falange, Tânia Resener, João Barros, Maria de Melo e Marisa Miranda.

Jornada de Anestesiologia

A diretora do CREMERJ Marília de Abreu participou, no dia 10 de junho, da abertura da 41ª Jornada de Anestesiologia do Estado do Rio de Janeiro (Jaerj) 2016. O evento reuniu especialistas que debateram os novos procedimentos da área em palestras, módulos teóricos e estações práticas.

A mesa de abertura do evento também contou com participação do coordenador da Câmara Técnica de Anestesiologia do CREMERJ, Luiz Fernando Saubermann, do tesoureiro da Sociedade Brasileira de Anestesiologia (SBA), Sérgio Luiz do Logar Mattos; do presidente da Sociedade de Anestesiologia do Estado do Rio de Janeiro (Saerj), Marcio de Pinho Mar-



Luiz Fernando Saubermann, Marília de Abreu, Sérgio Luiz Mattos, Marcio Martins e José Teixeira

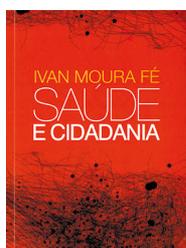
NA ESTANTE



AS AGRURAS E PERIPÉCIAS DO PADRE IGNÁCIO

Autor: Guilherme Vidal
Editora: F&A Gráfica e Editora
Páginas: 120

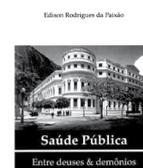
O romance ambientado no Nordeste brasileiro relata, com bom humor, o dia a dia de um padre numa cidade do interior.



SAÚDE E CIDADANIA

Autor: Ivan Moura Fé
Editora: Cremec
Páginas: 254

O livro reúne artigos escritos pelo autor durante sua atuação como conselheiro e presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (Cremec) e do Conselho Federal de Medicina (CFM). Os assuntos são variados e de interesse da classe médica.



SAÚDE PÚBLICA - ENTRE DEUSES & DEMÔNIOS

Autor: Edison Rodrigues Paixão
Editora: Letras e Versus
Páginas: 208

O autor narra a trajetória da saúde pública no Brasil, abordando aspecto político e socioeconômico em diversos períodos da história brasileira, sob o olhar dos seus 40 anos de medicina.

Quer indicar algum estabelecimento para figurar na lista?
Envie um e-mail para clubedebeneficios@crm-rj.gov.br, informe seu nome e CRM e um telefone de contato da empresa.

Acesse
www.cremerj.org.br/clubedebeneficios
e confira todas as vantagens, parceiros e promoções.



O Clube de Benefícios está recheado de novidades!

São vantagens em diversas empresas, dos mais diferentes segmentos, para todo mundo aproveitar!



MASSAGEAR

Desconto de R\$ 500,00 na compra de qualquer modelo de Poltrona de Massagem, através

do site www.massagear.com.br ou pelo Televendas (19) 3562-8520.



ALL IDIOMAS

Desconto de 60% no primeiro módulo e 30% nos demais módulos.

Endereço: rua Patagônia, 35, Penha

Tel.: (21) 3977-3320

Site: www.allonline.com.br



WOWL IDIOMAS

Descontos que variam de 5% a 10% nas aulas presenciais e online para novos alunos e duas aulas online por mês grátis aos alunos já matriculados.

Endereço: rua Miguel de Frias, 77, sala 809 -

Niterói

Tel.: (21) 2717-8080

Site: www.wowl.com.br



CONFIDENCE

Desconto de 2% na compra de euro e dólar, a partir de qualquer valor. Na compra acima de US\$ 300,00 ou o equivalente em euros, ganhe 10% de desconto nas compras no Duty Free; cartão Multi Moeda Cash Passport: 6 moedas em um único cartão.

Endereço: av. Nilo Peçanha, 50/2101, Centro

Tel.: 4004-5700

Site: www.confidencecambio.com.br

R12 SEGUROS E INVESTIMENTOS

Desconto de 5% nos seguros de automóveis, 30% no primeiro pagamento de plano de saúde, seguros de renda temporária, invalidez, renda vitalícia e planos de doenças graves e brindes na efetivação de consórcios.

Endereço: rua Coronel Veiga, 1776, Ponte Fones - Petrópolis

Tel.: (24) 2242-0465 / (21) 98019-8160 Whatsapp

Site: www.r12corretora.com.br



DOMINI

Desconto de 20% na contratação de seguros para consultórios e clínicas, fiança locatícia, automóvel, residencial e equipamentos portáteis.

Endereço: rua do Ouvidor, 60, sala 1010, Centro

Tel.: (21) 3570-8001 / (21) 99449-0591 Whatsapp

Site: www.domini-seguros.com.br/cremerj



RODOBENS

Desconto de 50% na primeira parcela, independentemente do prazo escolhido pelo cliente nos planos para automóveis. Desconto de 30% na primeira parcela nos planos para imóveis. Plano de Construção de Lance nos planos de imóveis e automóveis.

Endereço: rua Zulmira Mendes, 1187, Braga - Cabo Frio

Tel.: 0800 721 2040

Site: www.rodobens.com.br



Receba as novidades do Clube de Benefícios em primeira mão e participe de promoções exclusivas, assinando nossa newsletter. Para se inscrever acesse www.cremerj.org.br/clubedebeneficios



Influenza é tema de palestra em Nova Friburgo

A diretora do CREMERJ Marília de Abreu participou, no dia 20 de junho, de uma palestra sobre o vírus H1N1, promovida pela seccional de Nova Friburgo em parceria com a prefeitura da cidade. O evento também abordou o protocolo do Ministério de Saúde de 2015.

– As viroses são comuns no inverno, por isso é preciso estar atento. A influenza é benigna, mas pode se tornar grave em pessoas mais vulneráveis, como portadores de doenças crônicas ou que tenham comprometimento da imunidade. Por conta

disso, a vacinação é fundamental – destacou Marília, ao abrir o evento.

Em seguida, a infectologista do Hospital Raul Sertã Danyelle Cristina de Souza destacou os assuntos que envolvem o vírus H1N1, entre eles vacina, prevenção, sintomas, tratamentos e protocolos.

Também participaram do encontro o coordenador da seccional de Nova Friburgo, Thiers Marques Filho; o prefeito do município, Rogério Cabral; e o secretário de Saúde da cidade, Rafael Garcia.

JUBILADOS • Conselho celebra aqueles que defenderam o exercício da medicina por 50 anos ou mais

Solenidade homenageia médicos formados há cinco décadas

Promovida pelo CREMERJ, a alegre e emocionante solenidade em homenagem aos médicos jubilados, formados há 50 anos ou mais, reuniu cerca de 80 pessoas, entre médicos e seus familiares, no dia 18 de maio.

O presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez, abriu o evento citando o atual momento político e as dificuldades na saúde.

– É com enorme satisfação que prestamos esta homenagem a vocês, que apesar de todos os problemas enfrentados ao longo desses 50 anos e da crise econômica mundial, que afeta o Brasil e gera nos setores público e privado da saúde enormes dificuldades, defenderam e defendem com muita honra o exercício da medicina. Por tudo isso, orgulho-me da classe médica, pois ela continua sendo referência de confiança para a população. Devemos isso a vocês também – disse.

O diretor do Conselho, José Ramon Blanco, falou sobre a satisfação de homenagear os colegas que encerraram seu ciclo acadêmico, em 1966, mesmo ano em que ele ingressava na faculdade de medicina.



Glaciomar Machado Olive entoando o famoso hino da Faculdade Nacional de Medicina

– Espero ter saúde para, daqui a 5 anos, estar sentado no lugar de vocês, recebendo essa homenagem. Aliás, a palavra homenagem nos remete ao já saudoso professor Clementino Fraga Filho, que nós – membros da diretoria do CRM – não poderíamos nunca deixar de citar como um grande nome da medicina – recordou.

Em seguida, os conselheiros Erika Reis, Renato Graça, José Ramon Blanco, Luís Fernando Moraes e Armindo Fernando da Costa entregaram placas e diplomas aos médicos homenageados.

Ao fim do evento, o gastroenterologista Glaciomar Machado Olive pediu a palavra para agradecer ao CREMERJ pela homenagem.

– Como fui o orador do juramento de formatura da minha turma, em 1966, não poderia deixar de agradecer pela oportunidade de ajudar os que necessitam e também pela nossa saúde física e mental – acrescentou, entoando o famoso hino da Faculdade Nacional de Medicina (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), sendo acompanhado pelos colegas.

Homenageados

Adalberto Rodrigues da Silva
Adhemar Borges da Silva
Aleamar Roge Salomão
Alexandre Felipe Pasqualini Silla
Alexandre Kahtalian
Alfredo Aviles Pozo
Alice Reis Rosa
Alma Rodrigues Diniz
Almir Abdala Salomão
Almir Fraga Valladares
Aloisio da Veiga
Alvaro Lara Ferreira
Amilcar Mesquista
Anamaria Testa Tambellini
Angela Maria Sarmet Moreira
Antonio Carlos Claus Carvalhal
Antonio Carlos Moretzsohn de Mello
Antonio de Paiva Macedo
Antonio Walter Ramos
Apuleu Brum Rego Vieira
Arnaldo Antonio Lefebvre Furtado
Arnaldo Rache Villela
Arnaldo Wagner dos Santos
Augusto Cesar de Aguiar Teixeira
Aurea Terezinha Sandri
Axel Werner Hulsmeyer
Carlos Alberto Brasil Fernandes
Carlos Antonio Barbosa Montenegro
Carlos Augusto Costa Pires Oliveira
Carlos Celso de Azevedo
Carlos Galhardo

Catarina Virginia Moraes
Celso Garcia da Silveira
Christiano Cesar Lucas Forain
Ciro Carlos Araujo de Quadros
Claudio Cardoso de Castro
Claudio do Nascimento e Silva
Claudio Tavares Cals de Oliveira
Clea Angelo Coelho
Dante Martins Dorigo
Decio Oliveira Elias
Dirceu Badini Martins
Edison Carvalho Sandoval Peixoto
Eduardo de Azeredo Costa
Eleara Araripe Ramalho Leite
Elizabeth de Souza Leão Gracie
Elizeu de Lima
Elson Eden Robusto Brum
Ery Raymunda Ramirez
Ernesto Albino de Souza
Ezio de Oliveira Rocha
Fabio Penna Lacombe
Fernando Franklin Dourado Teixeira
Fernando Jose Barbosa Rocha
Florianio Achão
Francisca Amorim de Carvalho
Geraldo Emanuel de Medeiros Furtado
Gilberto Weyrauch Souza
Giovanni Rodrigues Martins
Glaciomar Machado Olive
Heinz Gieler
Henri Eugene Jouval Junior
Hilton Barroso Mendonça Costa
Ibraim Almeida Filho

Iracema Pinto do Amaral
Iranyr Marsicano Peixoto
Iso Arkader
Ivaldo Jose Dias Bastos
Ivan Lopes de S. Thiago
Izabel de Araujo Nogueira
Jacqueline Anita de Menezes
Jaques Vieira Engel
Jeronymo Eneas Mescolin
Joao Alves de Mendonça
João Jose de Araujo Moura Filho
Joaquim Amélio de Azevedo Couto Rosa
Joaquim Augusto Meyer
Jose Alfredo Rojas Rea
Jose Antonio Mirabal Lovera
Jose Bernardino Carneiro
Jose Carlos Zanin
Jose Edilberto Ramalho Leite
Jose Lopes de Mesquita
Jose Luiz da Costa Lyra
Jose Luiz Meurer
Jose Manoel Gorgone de Oliveira
Jose Nunes Elvas
Julio Forster da Costa
Leny Alves Cavalcante
Leon Capeller
Leonardo Miranda
Luiz Carlos Holanda Valente
Luiz Peres Quevedo
Luiz Sergio Lobianco
Luiza Gonçalves Gentile
Maria Elvira do Carmo Trindade
Marilia Penalber Ramalho

Mario Felix de Assis
Mauricio Abreu Barbosa Lima
Miguel Callil Issa
Nelson Freitas Rodrigues
Nemen Jorge
Norival Romão
Odete Pires de Carvalho Tito
Paulo Cesar Schmidt
Paulo Jose Brindeiro
Paulo Ricardo Cantalice Lipke
Pedro Henrique de Paiva
Pedro Jorge Daguer
Rildo Lins Galvão
Roberta Gnattali
Roberto Filippo
Roberto Kehdy
Roberto Lobo Vaz de Mello
Roberto Luiz Magalhães
Roberto Moura de Agosto
Ronaldo Almeida Cancado
Ronaldo Amui
Ruiter Euripedes Azzi
Salomão Kac
Sergio Bourbon Cabral
Siegfried Helmut Hossmann
Talvane Marins de Moraes
Vanda de Paula
Vera Shvartzman Bulak
Vitorino Modesto dos Santos
Wadih Rafful
Walton Ferreira Leite Junior



“É muito bom reencontrar os colegas, muitos eu não via desde a formatura. Estudei na Faculdade Nacional de Medicina, e, em 1968, fui convidado para ocupar o lugar de perito no Heitor Carreira, o antigo Manicômio Judiciário. Apaixonei-me tanto que até hoje vivo no mundo da perícia.”

Talvane Marins de Moraes



“Sou formado pela Faculdade Nacional de Medicina. Em um país em que o sistema governamental não prioriza a saúde e a educação, às vezes é difícil ficarmos tanto tempo exercendo a medicina, mas acho que valeu a pena e eu faria tudo de novo.”

Ronaldo Amuí, otorrinolaringologista

“Desde que me formei, fiquei tão entusiasmado com o serviço público que continuei até hoje. Mesmo aposentado, continuo trabalhando no Instituto Estadual de Diabetes (antigo Hospital Moncorvo Filho). O que me motiva é a carreira que amo.”

Maurício Abreu Barbosa Lima, endocrinologista



“Afirmo que a minha vida profissional foi muito bonita. Trabalhei no Instituto Nacional de Câncer por 43 anos. Tenho a honra de dizer que todo o *staff* de cirurgia de abdômen foi meu residente. Nessa jornada, tive muitas vitórias e muitas derrotas, mas valeu a pena.”

Aleamar Roger Salomão, cirurgião oncológico



“Celebrar esse caminho de 50 anos cuidando da população e treinando novos médicos é muito gratificante. Fui chefe de ortopedia do Hospital de Traumatologia (Into) e atualmente faço parte da Câmara Técnica de Ortopedia do CREMERJ e atendo em consultório.”

José Edilberto Ramalho Leite



“O CREMERJ tem uma importância fundamental e acho que todas as profissões deveriam ter um órgão que pudesse defender os interesses de sua classe. O CRM ajuda na qualificação profissional do médico.”

Glaciomar Machado Olive, gastroenterologista e endoscopista

“A carreira médica sempre foi uma vocação. Trabalho até hoje em clínica, mesmo aposentado pelo município. Ainda faço partos, porque gosto muito, e vou continuar enquanto tiver saúde e disposição.”

Carlos Galhardo, ginecologista e obstetra



“Formei-me pela Faculdade da Praia, fiz clínica médica e sou membro da Comissão de Ensino Médico do CRM. Esse reencontro com colegas de turma é rejuvenescedor. Essa é uma turma muito unida, de gente preparada e com nomes importantes na medicina.”

Alice Reis Rosa, clínica médica



Filiadas à Somerj discutem problemas da saúde no Estado

O presidente da Associação Médica do Estado do Rio de Janeiro (Somerj), José Ramon Blanco; o vice-presidente do CREMERJ Nelson Nahon; o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (Sinmed-RJ), Jorge Darze; e o presidente do Sindicato dos Médicos de Niterói, São Gonçalo e Região, Clóvis Cavalcanti, reuniram-se, no dia 18 de junho, com sociedades filiadas à Somerj de todo Estado para discutir problemas na saúde.

José Ramon abriu a reunião anunciando o congresso da Somerj, que será realizado em Itaipava, em setembro, e salientou a importância da relação com as filiadas:

– Esta é terceira reunião neste ano com as nossas filiadas. Temos algumas questões recorrentes em todas as cidades. Por isso, é importante ouvir as contribuições de todos – disse.

Nelson Nahon ressaltou a crise na saúde do Estado:

– Não concordamos com o argumento de que essa crise na saúde se deu por uma queda de receita, porque é uma questão de planejamento. Há dois anos, por exemplo, está pronto o hospital que o Estado construiu em Volta Redonda e até agora ele não foi aberto por falta de aparelhamento. O atual governo tem obrigação, por lei, de dispor de



Jorge Darze, Benjamin Baptista, José Ramon Blanco, César Danilo Angelim, Nelson Nahon, Benito Petraglia e Clóvis Cavalcanti

12% do seu orçamento na saúde e está colocando apenas 3%. Temos UPAs fechadas em Cabo Frio, Angra dos Reis e São João de Meriti. Esta crise do Estado está repercutindo em todos os municípios – ressaltou.

Os representantes de cada cidade relataram a situação dos hospitais de sua região e questões políticas que afetam o atendimento médico à população.

• Sobre Barra Mansa, Luis Antonio Roxo relatou o afastamento do prefeito e a troca do secretário de Saúde. A UPA e a UTI neonatal da cidade estão paradas, o Hospital da Mulher está em greve e a Santa Casa, apesar da recente inauguração de um moderno centro de oncologia, corre o risco de

fechar as portas devido ao não pagamento dos servidores.

• Sérgio Pina, de Rio das Ostras, relatou uma diminuição entre 20% e 30% no orçamento de saúde da cidade e a falta de estrutura dos hospitais públicos, com muitos equipamentos quebrados ou em mau estado.

• César Danilo Angelim, de Duque de Caxias, ressaltou o problema com farmacêuticos que estão oferecendo serviços médicos.

• Sobre Niterói, Benito Petraglia, presidente da Associação Médica Fluminense (AMF), falou do projeto de construção de um Hospital da Mulher, da redução do ISS para a rede privada e contou um pouco sobre as reformas estruturais na AMF.

SAÚDE PÚBLICA • Entidades se baseiam em informações do CREMERJ sobre situação das unidades de saúde no Estado

CFM e CBC alertam sociedade sobre atendimento médico nos Jogos Olímpicos

Em notas à sociedade, o Conselho Federal de Medicina (CFM) e o Colégio Brasileiro de Cirurgiões se referem ao alerta do CREMERJ sobre o atendimento médico-hospitalar durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos que acontecerão em agosto e setembro no Rio de Janeiro. A expectativa é de que a cidade receba cerca de 2 milhões de visitantes, entre atletas e público (*matéria publicada no Jornal do CREMERJ na edição de abril-maio de 2016*).

Entre as preocupações do Conselho estão os hospitais públicos referenciados para a população e as UPAs, que enfrentam problemas graves, como carência de recursos humanos, falta de leitos, fechamento de serviços e superlotação, com pacientes inclusive internados nos corredores.

O Hospital Municipal Lourenço Jorge, na Barra da Tijuca, principal região das competições, é uma das unidades referenciadas para atendimento, no entanto, não possui serviço de neurocirurgia, embora a necessidade da especialidade seja uma proposta do CREMERJ de longo tempo.

Segundo levantamento do Conselho Federal de Medicina, no Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, mais de 7 mil leitos do SUS foram desativados de 2010 a 2015; somente na capital, cerca de 2,5 mil foram fechados.

O governo do Estado, contudo, mesmo sabendo da realização dos eventos desde 2008, não se preocupou em organizar e melhorar a situação dos serviços públicos, dentre eles segurança e saúde, para este período. Diante do caos nas unidades, sobrecarregadas e sem estrutura mínima para um atendimento adequado à sua própria população, que dirá aos visitantes, o governador em exercício, Francisco Dornelles, decretou “estado de calamidade pública”, publicado em edição extraordinária do Diário Oficial do Estado em 17 de junho, alegando a “grave crise financeira”, que impede o cumprimento das obrigações assumidas em decorrência da realização da Olimpíada e da Paralimpíada.

De acordo com o texto, o governo teme um “total colapso na segurança pública, na saúde, na educação, na mobilidade e na gestão ambiental”, mas está apreensivo, como diz no decreto, em suas justificativas, com a “importância e repercussão mundial” do evento, “onde qualquer desestabilização institucional implicará em risco à imagem do país de difícil recuperação”, salientando que, apesar da liberação de R\$ 2,9 bilhões do governo federal para os Jogos Olímpicos, não havia sido anunciado quota destinada à saúde deste montante.

– Esse decreto só confirma o que temos falado há bastante tempo. Existe uma enorme falta de investimentos no Estado, com má administração de recursos. Sempre alertamos as autoridades sobre a situação da saúde, cobrando soluções para os problemas. Infelizmente, só agora o governo reconheceu os problemas, na véspera do maior evento esportivo mundial. Esperamos que os gestores encontrem rapidamente um caminho para que tudo corra bem e reafirmamos que seguimos à disposição para ajudar no que for preciso – frisou o presidente do CREMERJ, Pablo Vazquez.

TRECHO DE NOTA DO CFM



Diante da proximidade dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro, o Conselho Federal de Medicina (CFM) vem a público manifestar sua preocupação com os preparativos implementados pelas autoridades para garantir o funcionamento adequado dos serviços de saúde na rede pública, em especial os de urgência e emergência.

Conforme tem alertado o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ), a estrutura médico-hospitalar da capital fluminense se encontra com sérios problemas. Neste cenário, a realização deste megaevento esportivo deve comprometer ainda mais as dificuldades de acesso a assistência pela população local, devido a sobrecarga causada com a estimativa de passagem pela cidade de 800 mil turistas durante os dias de competições.

Os dados de fiscalização do CREMERJ indicam déficit de leitos na rede, falta de profissionais da saúde, baixo estoque de sangue e hemoderivados e precariedade no acesso a insumos e medicamentos nas unidades públicas. Também não se conhece a existência de plano de contingência para atendimento da população e de turistas que inclua estratégias para remoção rápida de casos graves.

TRECHO DE NOTA DO CBC



Atendimento médico durante as Olimpíadas no Rio

O CBC apoia a recente preocupação do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (CREMERJ) em relação ao atendimento médico durante o período olímpico na cidade do Rio de Janeiro. Esse desafio requer a colaboração das autoridades federais, estaduais e municipais. Entre os principais problemas identificados estão a falta de leitos – principalmente de Terapia Intensiva – e profissionais especializados.

Não questionamos os esforços e a qualificação técnica das autoridades envolvidas, mas o dever coletivo não exclui a responsabilização individual. O recente alerta de 150 cientistas sobre o perigo da Zika cria mais um ingrediente para colocar em teste a medicina brasileira.

Alguns trechos do decreto que justificam o “estado de calamidade pública”

1

ESTA PARTE É EDITADA ELETRONICAMENTE DESDE 3 DE MARÇO DE 2008

DIÁRIO OFICIAL

RS 2,50

PARTE I
PODER EXECUTIVO

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO XLII - Nº 110-A
SEXTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2016

www.imprensaoficial.rj.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

ATO DO PODER EXECUTIVO
DECRETO Nº 45.692 DE 17 DE JUNHO DE 2016

DECRETA ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,
CONSIDERANDO a grave crise econômica que assola o Estado do

CONSIDERANDO que tal fato vem acarretando severas dificuldades na prestação dos serviços públicos essenciais e pode ocasionar ainda o total colapso na segurança pública, na saúde, na educação, na mobilidade e na gestão ambiental;

zação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016;

CONSIDERANDO que tal fato vem acarretando severas dificuldades na prestação dos serviços públicos essenciais e pode ocasionar ainda

CONSIDERANDO, por fim, que os eventos possuem importância e repercussão mundial, onde qualquer desestabilização institucional implicará um risco à imagem do país de difícil recuperação;

CONSIDERANDO que tal fato vem acarretando severas dificuldades na prestação dos serviços públicos essenciais e pode ocasionar ainda o total colapso na segurança pública, na saúde, na educação, na mobilidade e na gestão ambiental;

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretado o estado de calamidade pública, em razão da grave crise financeira no Estado do Rio de Janeiro, que impede o cumprimento das obrigações assumidas em decorrência da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Art. 2º- Ficam as autoridades competentes autorizadas a adotar medidas excepcionais necessárias à racionalização de todos os serviços públicos essenciais, com vistas à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 17 de junho de 2016

FRANCISCO DORNELLES

16-186419

ARIA DE ESTADO

AUTORIZO